

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Agrárias

Mestrado Associado UFMG – UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território

Welder Nunes de Souza

**A DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE GOVERNADOR VALADARES À LUZ
DA SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA DO SERTÃO DO RIO DOCE, DÉCADAS
DE 1940 A 1960**

Montes Claros

2024

Welder Nunes de Souza

**A DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE GOVERNADOR VALADARES À LUZ
DA SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA DO SERTÃO DO RIO DOCE, DÉCADAS
DE 1940 A 1960**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado Universidade Federal de Minas Gerais – Universidade Estadual de Montes Claros em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Território e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

Montes Claros

2024

Souza, Welder Nunes.

S729d
2024 A diferenciação sócio-espacial de Governador Valadares à luz da sociabilidade da
fronteira do Sertão do Rio Doce, décadas de 1940 a 1960 [manuscrito] / Welder Nunes
de Souza. Montes Claros, 2024.
85 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e
Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Roberto do Nascimento Rodrigues
Banca examinadora: Iara Soares de França, Weber Soares, Ricardo Ojima.

Inclui referências: f. 73-85.

1. Sociologia urbana -- Teses. 2. Geografia urbana -- Teses. 3. Renovação urbana --
Teses. 4. Possesiros -- Teses. 5. Doce, Rio, Vale (MG e ES) -- Teses. 6. Governador
Valadares (MG) -- Teses. I. Rodrigues, Roberto do Nascimento. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 316:91-04



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ICA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO/TESE

Aos 21 dias do mês de junho de 2024, às 16:00 horas, sob a presidência do Professor Roberto do Nascimento Rodrigues, D. Sc. (Orientador – UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Weber Soares, D. Sc. (UFMG/Departamento de Geografia), Ricardo Ojima, D. Sc. (UFRN) e Iara Soares de França, D. Sc. (Unimontes), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Welder Nunes de Souza**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **"A DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE GOVERNADOR VALADARES À LUZ DA SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA DO SERTÃO DO RIO DOCE, DÉCADAS DE 1940 A 1960"**. O estudante foi considerado **APROVADO**.

Obs.1) O estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) O estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um artigo em periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 21 de junho de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Roberto do Nascimento Rodrigues, Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 01/07/2024, às 23:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IARA SOARES DE FRANÇA, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Ojima, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério**



Superior, em 03/07/2024, às 20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3338958** e o código CRC **DF7BA01C**.

Dedico esta dissertação ao camarada, Jó (José Rodrigues Araújo), um profundo conhecedor da cidade que ele habitava, com quem tanto conversei nos lugares para os quais eu me dirigia, inúmeras vezes, pela certeza de que lá eu fosse encontrá-lo. Ora no Dilo's Bar, ora no Bar do Ica, amadurecendo assuntos de nosso interesse, que se refletiram nesta pesquisa. Leitor voraz, que só lia textos impressos, o intelectual mais genuíno da cultura popular valadarense – figueirense, diria ele – não esperou a finalização desta empreitada. Acostumado a textos mais relevantes, saiu de fininho, na cadência do samba, rumo ao céu dos memoráveis: uma regalia de quem vai ser motivo de recordações.

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que deveriam ser mencionadas neste agradecimento que foi impossível citar a terça parte. Primeiramente, após agradecer a Deus pela oportunidade de viver, saúdo os meus familiares, em especial, a minha querida mãe, a minha sabida avó, e o meu saudoso pai (*in memoriam*), pessoas cruciais que sempre se esforçaram para me oferecer condições de poder estudar.

Lembro também, com muito apreço, de todas as instituições de ensino públicas que me trouxeram até aqui. Desde as três escolas que conformam a Praça da Cultura, em minha cidade, sem me esquecer do IFNMG-Campus Almenara, que muito contribuiu com a minha decisão de emigrar para Governador Valadares, lugar onde a UFJF se tornou o meu primeiro lar fora de casa.

Agradeço também ao curso de bacharelado em Administração, em nome do amigo e professor Henrique, que naqueles anos, soube conduzir muito bem o interesse pela temática sócio-espacial de um jequitinhonhense carregado de outras vivências.

Na imagem de Fernando Cruz (*in memoriam*), ex-companheiro de trajetória universitária, que nos deixou antes do fim – já que vitimado por pistoleiros – agradeço às pessoas especiais, principalmente às seletas amizades que, até hoje, resistem à distância: vocês tornaram mais leve o fardo de ser um forasteiro em uma cidade cuja formação pagou elevado tributo à sociabilidade de uma fronteira.

Aos ex-colegas da agência do IBGE de Governador Valadares, instituição que serviu de ponte para a passagem de um recém-graduado à presente etapa que se encerra, sou grato pelas frutíferas trocas de conhecimento, que sempre me levaram à reflexão durante as viagens para retratar o país, nas profundezas da porção média do Vale do Rio Doce.

Destaco ainda, com gratidão, a importância que tiveram os meus conterrâneos, que me acolheram quando voltei, retorno que rejuvenesceu e lapidou a minha identificação com a minha terra, às vésperas de mais um passo que me conduziu ao norte do Estado.

Em abril de 2022, mês em que completei trinta voltas ao sol, iniciava-se esta curta e intensa relação que o mestrado exigiu com outra calorosa do semiárido mineiro, a Montes Claros que tão bem me recebeu. Afirmando que este sonho não teria se concretizado sem a ajuda daqueles com os quais eu tive o prazer de conviver (e muito aprender) ao longo desses dois últimos anos. Refiro-me a Deleon, Patrícia, Eli, Zana, Edna, Jô, Darlin e Karine, uma turma tão diversa quanto é o Brasil, da qual sentirei boas saudades, a qual agradeço em nome de Leiliane,

Samuel e Wanderson, fiéis companheiros das ricas viagens que cortavam o Vale do Jequitinhonha adentro, rumo ao Sertão dos Gerais.

Sempre me lembrarei, com orgulho, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, que nunca mediu esforços para disponibilizar as ótimas dependências da Regional-Norte a nós, filhos da classe trabalhadora em luta para nos tornar mestres e mestras.

À Luciana, pessoa maravilhosa com a qual partilhei boas doses de alegria neste último ano de mestrado, momentos que me revigoraram, justamente quando o fechamento deste ciclo parecia impossível: agradeço o enorme carinho e o incentivo constante.

Por fim, na pessoa do meu orientador, Roberto Nascimento, que muita paciência teve com as minhas dificuldades, as quais, por vezes, aparentaram indisciplina, agradeço ao Instituto de Ciências Agrárias da UFMG. E na pessoa da professora Iara Soares de França, cuja paixão pela Geografia muito me influenciou, agradeço à Unimontes. Em nome de ambas as instituições, que dão vida ao Programa de Pós-Graduação Associado em Sociedade, Ambiente e Território, agradeço à FAPEMIG pela bolsa que me foi concedida, contributo tão importante para a árdua tarefa de produzir conhecimento neste país.

A todos vocês que participaram deste ciclo, o meu muito obrigado!

“Seu Clemente se cansou
De na Terra trabalhar,
A filha já se casou,
Na cidade foi morar.

Cada filho seu também
Partiu para algum lugar,
Já não conta com ninguém,
Para a terra semear.

Não vale a pena plantar,
O seu lucro é pouco mais
Que o investimento a pagar.
E não enriqueceu jamais,

Nem a vila ou a região,
Rainha da produção.
Nem há eletricidade,
Escola? Só na cidade.

Paga imposto, é verdade;
Da municipalidade,
A distribuição de renda
Leva o lucro como prenda.

Seu Clemente, num repente
Desgosto, quer se mudar.
Vende tudo e contente
Na favela vai morar.

E acaba por descobrir
Que foi roubado na venda,
E o sonho de evoluir
Não passava de uma lenda.

Não tem como recuar,
Trabalha de jardineiro,
Imposto não vai pagar,
Tem conforto e algum dinheiro,

Mas sente muita saudade
De quando podia olhar,
O pôr-do-sol e sonhar,
Com a vida na cidade.”

PREFÁCIO

Valadarense, se desconfia que o País vai entrar em convulsão, começa logo a dar milhões de tiros num casebre, porque há uma placa com a palavra “Sindicato”. [...] Se alguém falar na bravura da mulher mineira, há sempre alguém para argumentar: “Mineira, nada. Mulher é valadarense, que tem até busto na praça! (Machado, 1977, p. 172).

Ao longo dos anos que transitei pelas ruas de Governadores Valadares, sempre me impactou a imagem do busto fixado na antiga Praça 13 de Maio, espaço público que serve de entroncamento para as ruas Marechal Floriano, Arthur Bernardes e João Pinheiro, no centro da cidade. A forte expressão da face da mulher ali representada não é apenas suficiente para transmitir a imagem de uma líder corajosa e aguerrida, como também é capaz de impressionar aquele que a observa fixamente. Se “a permanência do indivíduo na cidade é marcada por um tempo de definição de significados para trajetórias e lugares frequentados” (Almandrade, 2008), asseguro que a influência desse monumento sobre os meus sentidos cristalizou os detalhes de sua imagem em minhas lembranças, algo que não posso dizer dos demais objetos de memória instituídos no espaço urbano de Governador Valadares.

No entanto, entre os valadarenses, é quase consenso que qualquer outro símbolo de pertencimento àquela cidade está aquém da experiência de viver sob a égide da Ibituruna, uma montanha que fora importante para os povos indígenas que habitavam aquelas imediações, cujo pico é mundialmente conhecido pelos praticantes de paragliding, devido às excelentes térmicas que favorecem o voo livre. Por conta de sua localização privilegiada, à altura em que o curso do rio Doce toma direção leste, rumo ao litoral do Estado do Espírito Santo, a Ibituruna parece proteger todos os cantos da cidade.

As pessoas que contemplam a “Pedra Negra” experimentam uma sensação de respeito para com essa fortaleza natural que, mesmo imponente, mantém-se convidativa, aberta a todos que adentram em seus domínios. A relação entre essa marcante elevação natural e os cidadãos ganhou contornos poéticos na veneração de Cunha (2009), em seu soneto, *Ibituruna*:

Alteroso penhasco de granito,
Ibituruna, fortaleza ingente,
A cuja face eu arrojéi meu grito
De desafio, em minha infância ardente.

Ao pé de ti em vão estruge, aflito,
O Rio Doce, em turbilhão fremente,
E sobre ti as fúrias do Infinito
Desabam, desde sempre, inutilmente.

Fosse eu qual tu, rochedo inacessível
Que com a fronte soberba a altura invades!
Tu que, sereno, intrépido, terrível,

Através, o fragor das tempestades,
Segues, sempre de pé, sempre invencível,
E hás de chegar ao termo das Idades!

Neste prefácio, menciono a *Ibituruna* para fins de comparação, contrapondo-a ao ar intimidador do monumento a que me referi, busto que, popularmente, é conhecido por “mulher da boca aberta”. Esse monumento contrasta não somente com a simpática Ibituruna; ele difere de todos os outros objetos que preservam no espaço urbano de Governador Valadares a história de pessoas cujas ações tiveram relevância para determinados grupos que conformam a cidade.

No decorrer da experiência cotidiana, somos condicionados pelo estado em que se encontra o espírito que anima a nossa existência. Todavia, esse “estado de espírito” é, por sua vez, influenciado pelos elementos do mundo que nos é exterior. Isso ocorre, principalmente, por meio da visão, meio pelo qual podemos observar as paisagens que frequentamos e com as quais defrontamos. Uma pessoa que se encontra em estado de tristeza, por exemplo, pode ter esse sentimento amenizado ou extinto ao se defrontar com uma paisagem que se apresente afetiva e bonita. Podemos experimentar, portanto, um duplo fenômeno de percepção, ao mesmo tempo, interno e externo, relacionais entre si (Pessoa, 2023).

Nessa perspectiva, a cidade deixa de ser apenas a estrutura que serve de meio para a realização da vida em sociedade, à medida que, viver em seu interior, configura uma permanente experiência estética, memorial e sensorial. Em Fonseca (2023, p. 103) é possível obter um panorama dessa “experiência estética da cidade”, que não é motivada automaticamente pelas virtudes de determinado objeto com o qual um sujeito passivo se defronta, esclarece.

É importante destacar que, enquanto manifestação do processo de (re)produção do espaço urbano, a paisagem tem papel relevante na análise de uma cidade, à medida que o estudo dos elementos que a compõem pode revelar conteúdos que participaram da produção do lugar no qual ela se encontra. Sendo uma representação das relações sociais que a sociedade cria, uma paisagem guarda momentos passados em sua dimensão histórica (Carlos, 1986). Fazer uso da paisagem, considerando essa perspectiva, requer uma outra forma de olhar, capaz de, sobretudo, ir além da aparência. Desse modo, o conceito passa a servir de instrumento pedagógico que “nos ensina a olhar de outra forma, nos ensina a ver coisas, conteúdos, valores, onde parecia antes nada haver [...] nesses fragmentos expostos ao olhar” (Gomes, 2017, p. 134).

O meu interesse pelo tema desta pesquisa remonta, primeiramente, à sensação que eu experimentava a cada vez que me defrontava com a paisagem na qual “a mulher da boca aberta” reside. Todavia, levar a cabo essa experiência, na forma desta pesquisa, retornando a uma paisagem que tanto marcou a minha relação afetiva com um lugar que fez parte da minha vida, só foi possível devido à alteração do nome da Praça 13 de Maio, data de nascimento de Aurita Franco Machado, que passou a se chamar Praça Aurita Franco Machado, por meio da Lei Municipal nº 6.787/2017 (Governador Valadares, 2017).

Apesar dos dizeres grafados na placa de sua pedra fundamental, alegando se tratar de uma “homenagem do povo à mulher valadarense”, a população local pouco soube do seu significado histórico. A data, 13 de maio, remete ao aniversário da própria Áurea Franco Machado. No entanto, parcela da população pode associá-la à abolição da escravatura, bem como ao dia de Nossa Senhora de Fátima; múltiplos significantes que contribuíram para o valor quase desprezível que a imagem talvez tenha na memória individual dos munícipes.

À época da constituição do monumento, Aurita Machado se encontrava em pleno gozo de sua vida, o que fez com que a praça deixasse de receber o seu nome, razão pela qual recebeu uma denominação que correspondia à data do seu nascimento (13 de maio), uma referência indireta e discreta. Portanto, a Lei Municipal nº 6.787/2017 (Governador Valadares, 2017) não mudou o significado da homenagem. A justificativa apresentada para a sua promulgação foi a necessidade de se fazer a “devida adequação ao que realmente representa a referida praça” (Governador Valadares, 2017, p. 2). Entretanto, se as raízes históricas do monumento não sofreram alterações, tornou-se evidente um conjunto de medidas destinadas a reforçar o significado daquela homenagem de outrora, a começar por uma série de intervenções urbanísticas na praça em que o busto está circunscrito.

Soma-se a essas medidas um minidocumentário, de dois episódios, produzido pela Conselho Deliberativo e Gerência de Patrimônio Histórico de Governador Valadares. Nessa produção audiovisual, Aurita foi descrita como uma mulher visionária e à frente do seu tempo, de sangue de nordestinos, bandeirantes e desbravadores, que teria sido muito relevante na esfera educacional, cultural e social, em um contexto de um “território geográfico em plena formação histórica”. O documentário enaltece a liderança exercida por Áurea Franco Machado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, um movimento que promoveu diversos atos realizados sob o protagonismo feminino nas principais cidades do país, às vésperas e em prol do Golpe Militar de 1964.

Atualmente, isto é, em meados da segunda década do século XXI, a revalorização do passado tem sido impulsionada por uma incessante busca para que as localidades se

singularizem por meio do resgate de suas memórias, na contramão da aparente homogeneização que a sociedade capitalista globalizada promoveu (Abreu, 2018). Ainda assim, mesmo “ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu” (Abreu, 2018, p. 28). Em Governador Valadares, essa tendência sugere a vulnerabilidade das políticas de preservação da história, que caminham de mãos dadas com as investidas de uma elite proprietária de terras, que busca manter seu prestígio elegendo aquilo que deve ou não ser considerado herança coletiva, em detrimento da memória de sujeitos sociais, tais como trabalhadores urbanos e rurais, indígenas, negros, operários e camponeses, como sugere Scifoni (2015).

Na esteira de Trouillot (2016), este estudo teria como principal objetivo produzir um olhar crítico à produção de narrativas históricas em lugares nos quais grupos e pessoas concorrentes possuem acessos desiguais às posições de poder. Entretanto, tal como considera Serrano (2011, p. 16), no que se refere aos diversos caminhos que uma pesquisa pode tomar quando abrimos “o arco de nossas expectativas de conquista de novos conhecimentos”, o significado histórico da Praça, bem como a sua problematização, assumiu, neste trabalho, o papel de ponto de partida. Afinal,

[...] a tomada de um monumento concebido para lembrar a ordem e a estrutura hierárquica e fundiária da sociedade brasileira pode permitir o questionamento da concentração fundiária tanto no campo quanto na cidade, bem como o papel da propriedade privada como instrumento de segregação social (Alves, 2019, p. 259).

Ao adentrar no passado do município a partir de uma paisagem urbana, pôde-se notar que, o contexto que ancora a narrativa mobilizada para dar sentido histórico à Praça Aurita Franco Machado configura um aspecto rico e complexo: a sociabilidade que a fronteira de expansão do capital enseja nos lugares formados sob a égide desse fenômeno. Sabendo-se que a formação sócio-espacial da cidade ocorreu em meio a essa sociabilidade, teria o espaço urbano de Governador Valadares herdado desse fenômeno outros conteúdos, além de um vestígio de passado inscrito na paisagem que contém a Praça Aurita Franco Machado? Foi justamente essa possibilidade que (re)direcionou este estudo para a problemática da formação da cidade, que neste trabalho configura um caminho para sugerir uma diferenciação sócio-espacial.

RESUMO

Motivado por uma paisagem urbana de Governador Valadares – a Praça Aurita Franco Machado e o busto nela fixado –, este estudo se baseou no contexto histórico da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce. Com o objetivo de apontar uma diferenciação em sua formação, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, quando a fronteira determinou o caráter primário e dependente da dinâmica econômica do município, a cidade foi pensada a partir da categoria miltoniana de Formação Sócio-Espacial. À luz da noção de sociabilidade de fronteira, de José de Souza Martins, esse fenômeno foi analisado a partir da reconstituição de sua própria evolução, que teve como base os romances *Fome em Canaã* (Vasconcelos, 1966) e *Nas terras do rio sem dono* (Pereira, 1988), cujos clímax se desenrolam, em momentos distintos, na dimensão espacial da escala local. Para a consecução desse objetivo, foram identificadas as práticas sócio-espaciais dos agentes que predominaram naquele contexto, práticas que foram discutidas em suas respectivas importâncias para a produção do espaço urbano da cidade. Constatou-se que a grilagem de terras redefiniu a existência da fronteira, inserindo-a na dimensão de um espaço urbano produzido para manter aqueles que tiveram seus destinos ceifados na terra que não era mais o lugar da promessa, geograficamente segregados dos pioneiros urbanos de outrora.

Palavras-chave: Governador Valadares. Formação sócio-espacial. Sertão do Rio Doce. Grilagem de terras. Produção do espaço.

ABSTRACT

Motivated by an urban landscape of Governador Valadares – Praça Aurita Franco Machado and the bust fixed there –, this study is based on the historical context of the last phase of the Sertão do Rio Doce frontier. With the aim of pointing out a differentiation in its formation, in the period between the 1940s and 1960s, when the border determined the primary and dependent character of the municipality's economic dynamics, the city was designed based on the Miltonic category of Socio-economic Formation. Spatial. In light of José de Souza Martins' notion of border sociability, this was specifically based on the reconstitution of his own evolution, which was based on the novels *Fome em Canaã* (Vasconcelos, 1966) and *Nas terras do rio sem dono* (Pereira, 1988), whose climaxes took place, in distinct moments, in the spatial dimension of the local scale. To achieve this objective, the socio-spatial practices of the agents that predominated in that context were identified, practices that were discussed in their respective importance for the production of the city's urban space. It was found that land grabbing redefined the existence of the border, inserting it into the dimension of an urban space produced to keep those who had their destinies cut off from the land that was no longer the place of promise, geographically segregated from the urban pioneers of the past.

Keywords: Governador Valadares. Socio-spatial training. Sertão do Rio Doce. Land grabbing. Space production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município em relação ao Estado de Minas Gerais	19
Figura 2 – Expansão da ocupação do solo em Governador Valadares, meados da década de 1950 a meados da década de 1970, e área de risco social mapeada em 2003	66
Figura 3 – Segregação sócio-espacial em Governador Valadares	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
REGInt's	Regiões Geográficas Intermediárias
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA, FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, E GRILAGEM DE TERRAS	24
	2.1 A sociabilidade da fronteira.....	24
	2.2 As categorias de formação e diferenciação sócio-espacial	28
	2.3 A prática sócio-espacial da grilagem de terras	32
3	PERCURSO METODOLÓGICO	35
	3.1 Considerações sobre a escala de análise	37
	3.2 Considerações sobre o período histórico.....	39
4	A SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA EM governador valadares.....	41
	4.1 A dinâmica socioeconômica de Governador Valadares no contexto geopolítico global	41
	4.2 Do boom ao colapso: divisão territorial do trabalho, fronteira, e a dinâmica econômica de Governador Valadares.....	46
	4.3 A prática sócio-espacial da grilagem no sertão do Rio Doce	51
	4.3.1 A descrição presente nos romances literários	51
	4.3.2 Para além das descrições dos romances literários	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

Qual a contribuição das fronteiras, sejam elas agrícolas, pecuárias ou minerárias, para a ocupação do território brasileiro? A resposta a esta pergunta pode ser dada a partir de diferentes campos de análise. Em uma perspectiva antropológica, pode-se enfatizar a desestruturação causada pelo avanço das fronteiras sobre territórios historicamente constituídos, cujos povos e comunidades vivem em convivência com a mata virgem. A partir de um enfoque urbanístico, pode-se pensar, por exemplo, a relação entre uma fronteira agrícola e a quase sempre decorrente expansão da malha urbana, tal como ocorreu nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Na esteira dessa perspectiva, também é possível estudar o vínculo entre o avanço das fronteiras e o adensamento populacional das zonas tidas como “pioneiras”. Já em uma abordagem de cunho econômico, chama atenção a fronteira como repositório de atividades de caráter primário, dependentes de outros ramos, e essenciais aos setores mais avançados da indústria de determinada época.

Este estudo deu atenção especial ao aspecto sociológico da fronteira do Sertão do Rio Doce¹, especialmente na fase em que a expansão capitalista da sociedade nacional sobre essa porção territorial foi conduzida pela indústria extrativa madeireira e mineral, e pela pecuária extensiva. Essa perspectiva de abordagem foi adotada com o objetivo de sugerir uma diferenciação sócio-espacial² na formação de Governador Valadares, de modo a contribuir para o debate voltado à compreensão do fenômeno urbano na cidade. As principais práticas dos agentes sociais que predominaram na fronteira do Sertão do Rio Doce foram compreendidas à luz de estudos que versam sobre os processos de (re)produção do espaço.

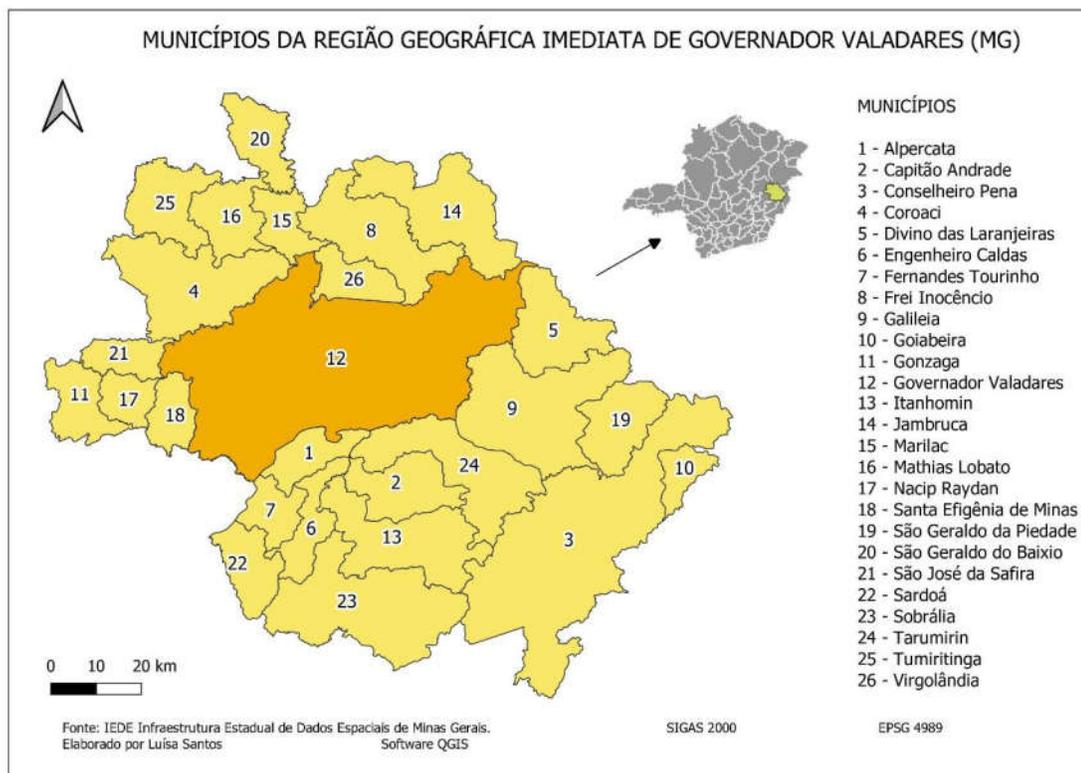
Entrecortada pela rodovia longitudinal, Rio–Bahia, e pela ferrovia transversal, Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), a cidade de Governador Valadares é a sede de um dos 1477 municípios que formam o Semiárido brasileiro. Rebatizada pelo Decreto-Lei n. 148, em 1938 (Minas Gerais, 1938), após ter sido emancipada de Peçanha com o nome de Figueira, prevaleceu a homenagem ao então governador interventor, Benedito Valadares, fato que alterou

¹ O Sertão do Rio Doce está inserido na região dos Sertões do Leste Mineiro, que compreende um conjunto de sertões: do Leste, do Rio da Pomba e Peixe, do Abre Campo, de Arrepiados, da Casa da Casca, do Cuité e do Mucuri (Meireles, 2018). Como o recorte espacial deste estudo está circunscrito ao município de Governador Valadares, na bacia do Rio Doce, optou-se pela utilização do termo Sertão do Rio Doce, em vez de Sertões do Rio Doce ou Sertões do Leste.

² De acordo com Souza (2020, p. 16), na sociedade, em sua concretude, relações sociais e espaço não podem ser analisados separadamente, mesmo que se tratem de instâncias diferentes entre si. Ao contrário de termos dicionarizados, como “socioeconômico” ou “sociopolítico”, cujas grafias são usadas como referência para justificar, por analogia, a escrita sem hífen do termo técnico em questão, “o sócio-espacial, no qual o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, para além de uma redução do adjetivo ‘social’, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais”.

o nome do município recém-criado, hoje composto por 13 distritos. Juntos, eles totalizaram, em 2022, uma população de 257.171 pessoas, a 9º maior de Minas Gerais. No Leste do Estado, Governador Valadares está localizada na mesorregião Vale do Rio Doce, organizando em torno de si as Regiões Geográficas, Imediata e Intermediária, que também carregam o mesmo nome do município (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do município em relação ao Estado de Minas Gerais



Fonte: Maurer e Vilarino (2021, p. 3).

Entre as décadas de 1940 e 1960, a formação de Governador Valadares, no que concerne à configuração sócio-espacial da cidade, foi influenciada pelos interesses de agentes sociais, cujas práticas estiveram vinculadas à dinâmica econômica da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce. Como demonstrou Espindola (1998), os booms econômico e demográfico de Governador Valadares, no referido período, foram sustentados pela intensa transformação em recursos ou aproveitamento de matérias naturalmente presentes nos solos das matas sobre as quais a fronteira do Sertão do Rio Doce avançou. Com base em estudos que versaram sobre os processos de (re)produção do espaço urbano, buscou-se entender de que forma essa fronteira particularizou o município, visando tão somente assumi-la em sua real importância para a formação da cidade.

A justificativa desta pesquisa ancora-se no reconhecimento de que “o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço” (Santos, 2012a, p. 14). Por consequência, a cidade, enquanto estrutura física, materialidade articuladora de uma variedade de relações sociais que lhe atribuem o sentido de uma totalidade menor, acumula no interior de si o legado das realizações técnicas, bem como os desdobramentos sociais dos modos de usos dos territórios que a conformaram (Santos, 1993). A cidade, portanto, é reveladora de ações passadas, acumuladas a partir do trabalho humano, materializadas em sua formação ao longo da história (Carlos, 1986), fato que recai, inevitavelmente, sobre os agentes sociais concretos e suas respectivas “práticas espaciais que ora são próprias de cada um, ora são comuns” (Corrêa, 2018, p. 41). Afinal, elas se inserem no contexto econômico, político e social de cada momento histórico, impregnando o espaço de transformações que refletem em sua materialidade.

As concepções que alçam o espaço à condição de objeto reduzem a sua complexidade e camuflam a sua importância para a reprodução das relações sociais, levando, quase sempre, a uma interpretação que o considera uma mercadoria qualquer, cujo destino não seria outro senão ser usada, na forma de palco dos processos sociais, ou trocada, na forma de lotes de terra, por exemplo (Lefebvre, 2006). Entretanto, é sabe-se que, ao produzirem suas condições de existência em uma dimensão espacial específica, os homens transcendem esse processo, interferindo em suas próprias vidas, para as quais, esse espaço, agora produzido, seguirá cumprindo papel decisivo: um processo contínuo de implicações que não se encerram no presente (Carlos, 1986). Dessa forma, o espaço configura um “paciente da história”, com a ressalva de que a sua materialidade muito condiciona aqueles que dele dependem para a reprodução de suas vidas em sociedade (Souza, 1988).

Esse espaço, “sob ação de sua inércia dinâmica” (Souza, 1988, p. 38), é, portanto, produto das relações sociais que o produz nos termos das necessidades e das concepções de mundo dos agentes sociais envolvidos nesse processo, mas configura, também, um meio qualificado pelo qual a produção das condições materiais e a reprodução da vida em sociedade encontram alicerce para se realizarem (Lefebvre, 2006). Em ambos os casos, o espaço interfere no resultado das próprias relações que dele dependem, produzindo homens e condições de vida pelas quais esse movimento se retroalimenta na história (Lefebvre, 2006). Em outras palavras, o espaço é inerte, mas, ao mesmo tempo, é também um produto social e histórico carregado de conteúdos e determinações, que ao interferir no momento presente da reprodução das relações sociais, “recria, constantemente, as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, do poder e de vida humana” (Carlos, 2018, p. 68).

Na teoria miltoniana da urbanização brasileira, a “cidade do campo” é o lugar que assegura e regula as funções impostas pela nova divisão territorial do trabalho ao setor agropecuário (Santos, 1993). Grande parte dos estudos que tratam dessa relação entre o espaço urbano e esse conjunto de atividades econômicas adota a noção de “cidade do agronegócio”, atualização terminológica que, segundo Elias (2022), autora dessa nova nomenclatura, teve como objetivo explicitar a vinculação entre as práticas socioespaciais que produzem essas cidades e os interesses dos agentes associados a essa produção. Trata-se de, relação semelhante à que se pôde perceber em Governador Valadares a partir de 1940, quando a sede desse município polarizou a fronteira do Sertão do Rio Doce.

A teoria miltoniana da urbanização brasileira pressupõe que a urbanização no mundo ocorreu na forma de uma “urbanização desigual”. Essa teoria aponta a condição de subdesenvolvimento como elemento fundamental para a compressão do fenômeno urbano nos países da América do Sul. A ausência de igualdade entre a urbanização brasileira e outros processos verificados nos países de industrialização clássica teria se expressado, primeiramente, na função cumprida pelas cidades na origem dessa urbanização social e territorialmente seletiva da qual o país foi lócus.

No Brasil, o surgimento de cidades precedeu a industrialização: as primeiras localidades foram meros instrumentos de penetração e de levantamento de riquezas, em vez de o lugar do poder político ou de centralização econômica. Esse processo pretérito de criação urbana se generalizou somente após a urbanização litorânea do território nacional, que foi sucedida pela mecanização do território, a partir da década de 1930. Nessa teoria, Santos (1993) concebe a cidade enquanto uma totalidade menor, dinamizada por uma lógica que lhe é própria, articulada à formação sócio-espacial brasileira e, respectivamente, dependente dos processos globais que generalizam, em cada período histórico, as modernizações que impactam diferentemente os territórios subordinados na divisão internacional do trabalho.

Na esteira da generalização do espaço urbano, constatada por Lefebvre (2006), ou da assim chamada urbanização extensiva, conceito que exprime essa expansão do urbano para além dos perímetros urbanos ao ampliar as condições socioespaciais necessárias à acumulação capitalista (Monte-Mór, 1994), Silva (2022) tematizou a relação entre a produção do espaço urbano e as novas diferenciações socioespaciais introduzidas no território brasileiro pelo desenvolvimento do agronegócio via financeirização na sociedade globalizada. Em direção semelhante, Pereira (2017), buscando entender as especificidades de Rolim de Moura no contexto da atual fronteira agrícola amazônica, concluiu que as empresas presentes no espaço urbano desse município do estado de Rondônia demandam os atributos daquilo que Santos

(2004) chamou de meio técnico-científico-informacional, sendo a moderna rede de serviços organizada para tender o setor agronegócio, em sua zona de influência, uma grande evidência.

Também na perspectiva da expansão da moderna fronteira agrícola, apontada como responsável pela concentração das atividades que surgiram nas cidades do agronegócio para atender a produção desse setor, Bovo, Töws e Carvalho (2013) destacam as desigualdades socioespaciais que, rapidamente, acentuam em tais cidades as mazelas típicas dos grandes centros urbanos brasileiros. No meio técnico, científico e informacional que perpassa as cidades do agronegócio (Santos, 2004) o uso corporativo do espaço pelas grandes empresas e prestadoras de serviços contrasta com os excluídos do consumo, que são empurrados para essas cidades devido à modernização do campo. Esse contingente populacional de excluídos do consumo são, geralmente, migrantes pobres, desempregados ou subempregados, para os quais as áreas periféricas se apresentam como destino certo (Bovo; Töws; Carvalho, 2013).

Por sua vez, Fioravanti (2018), em vez de abordar a cidade mato-grossense de Primavera do Leste como um desdobramento da agropecuária que se expandiu pela fronteira do capital nas décadas de 1970 e 1980 em direção à região Centro-Oeste, estudou as contradições da produção do espaço urbano primaverense, produção que, segundo o autor, tornou-se um verdadeiro negócio. Os resultados do estudo de Fioravanti sugerem a manutenção dos antigos pioneiros de outrora, hoje enriquecidos, como controladores da urbanização citadina, fato que acirrou a segregação espacial alicerçada na concentração de terra, de poder e de capital.

No que se refere à categoria que tornou possível refletir sobre Governador Valadares da maneira como se propôs neste estudo, Casaril (2017), ancorado na perspectiva da geografia histórica que, em seus dizeres, configura uma forma de estudo geográfico sobre o passado, mobilizou a categoria de Formação Sócio-espacial para revelar a gênese, evolução e situação atual das cidades que formam a rede urbana de Francisco Beltrão e de Pato Branco, municípios pertencentes ao sudeste paranaense.

Articulando dialeticamente sociedade, natureza, história e geografia, Pereira (2003) mobilizou a categoria de Formação Sócio-espacial para entender o turismo no litoral de Santa Catarina, explicando-o a partir da atratividade que exerce o meio natural habitado pela diversidade de populações tradicionais, no contexto de um Estado cuja ocupação do seu território se deu de modo particular. Essa junção, que diferencia Santa Catarina frente ao restante da região Sul, foi discutida pelo autor junto aos processos sociais que exacerbaram o turismo de massas, levando-o a concluir que o intenso processo de urbanização desprovido de preocupações socioambientais que se observa naquele espaço configura uma ameaça à sustentabilidade do próprio turismo.

Similarmente, Nascimento e Bastos (2016) buscaram contribuir para o entendimento da atual condição de desenvolvimento da Amazônia. Tais autores conduziram uma interpretação dessa região que também utilizou a categoria miltoniana de Formação Sócio-espacial, neste caso, para tratar dos interesses privados e das necessidades do modo de produção dominante, que se desdobram na incorporação de espaços com elevados potenciais econômicos, ainda não articulados pela sociedade nacional capitalista. Através do estudo da fronteira, Nascimento e Bastos (2016) perceberam aspectos fundamentais para a constituição da formação amazônica, aspectos revelados no caráter dos conflitos e dos papéis protagonizados pelas classes sociais em suas diferentes temporalidades.

Inserindo-se nessa diversidade de estudos que prezam, explícita ou implicitamente, pela categoria de Formação Sócio-espacial para entender as especificidades de lugares e regiões, em meio à divisão do trabalho que, em cada período histórico, articula os fenômenos sócio-espaciais que inscrevem suas marcas no vasto território nacional, esta dissertação se encontra organizada em outros quatro capítulos, além desta introdução.

O próximo capítulo, que sucede esta primeira parte, apresenta o arcabouço teórico que serviu de base para o desenvolvimento do estudo. O terceiro capítulo é dedicado à exposição do percurso metodológico, incluindo as considerações sobre o período histórico e a escala geográfica que dimensionou espacialmente a análise, na qual foi observada a relação entre a evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce e a formação de Governador Valadares. As evidências dessa relação foram apresentadas no quarto capítulo, onde se faz apontamentos que sugerem uma diferenciação no espaço urbano da cidade, diferença produzida pelas práticas socioespaciais inerentes à sociabilidade da fronteira. Por último, o quinto capítulo apresenta as considerações finais a respeito do estudo, destacando seu alcance e limitações e apontando perspectivas de futuras investigações.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA, FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, E GRILAGEM DE TERRAS

Este capítulo elucidava as noções, os principais conceitos e as categorias de análise adotadas neste estudo. A forma de exposição deste capítulo implicou em subdividi-lo em três sessões. Em um primeiro momento, tratou-se de definir o que se entende por sociabilidade da fronteira para, posteriormente, conceituar as categorias de formação e diferenciação sócio-espacial. A terceira parte foi dedicada a considerações sobre a prática sócio-espacial da grilagem de terras, compreendendo-a como elemento importante para a configuração espacial de determinado lugar.

2.1 A sociabilidade da fronteira

De acordo com Martins (1975, p. 14), para a Geografia, “o fato fundamental e significativo da zona pioneira é a cidade e a modernização que através dela se implanta”. Sociologicamente, “o que importa é descobrir quais são as relações sociais que tornam singular o sistema social na zona pioneira”. A noção de sociabilidade, que neste trabalho expressa a síntese sob a qual as relações sociais se desdobram na fronteira da expansão capitalista da sociedade nacional, está ancorada na perspectiva de Maia (2001), que a define nos termos de um quadro interpretativo mais amplo do que uma mera abordagem das interações entre os agentes sociais de uma formação específica.

Todavia, em que pese a especificidade da socialização entre indivíduos em um contexto sócio-espacial atravessado pela fronteira de expansão do capital, em meio ao avanço da sociedade nacional sobre outros territórios, biomas e ecossistemas, Governador Valadares, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, não se configurava como uma sociedade em suspensão. Como argumenta Maia (2001), ignorar os vínculos entre as escalas socialmente produzidas, nas quais a realidade é historicamente determinada e cindida pela divisão do trabalho (no interior das organizações e no espaço), é uma atitude que contribui para ofuscar as relações de poder que impõem as formas de dominação e de subordinação sistêmica.

A sociabilidade da fronteira não configura o que Maia (2001, p. 13) chamou de “continuum de aparências em monótona transformação, sem qualquer vinculação com significações das estruturas histórico-sociais ou de configurações culturais”. Na sociabilidade da fronteira os sujeitos constroem o mundo a partir daquela situação, mas esse conjunto de experiências vividas não é uma entidade autônoma, independente da totalidade capitalista.

Afinal, essa sociabilidade se conforma em tensão, articulada à estrutura que a engendra pela divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, o conceito de sociabilidade adquiriu, neste estudo, a relevância de um “ponto de partida para se abordar criticamente a dinâmica das interações sociais e a sempre contraditória articulação destas com a ordem social e os padrões culturais” (Maia, 2001, p. 5). Assim, o que se vislumbra é a especificidade da situação de fronteira, entendendo-a na forma de um contexto, que era dinâmico e, ao mesmo tempo, funcional à configuração assumida pela sociedade nacional em meio ao capitalismo mundializado em reconfiguração no Brasil.

Por fronteira de expansão capitalista da sociedade nacional subtende-se a área intercalada entre a mata virgem e o limite mais próximo da região considerada ocupada, supostamente, “civilizada” em relação a outros povos e comunidades tradicionais. Essa fronteira, na maioria dos casos, é determinada pela expansão espacial do setor primário de uma economia, assim como o povoamento que dela decorre como uma febre que acomete as populações mais ou menos próximas, provocando um intenso afluxo de imigrantes, efeito que se assemelha ao famigerado boom ou rush da linguagem comercial americana (Waibel, 1955). A causa desse fenômeno, de acordo com Silva (1982), reside na incorporação de novas áreas naturalmente férteis pela sociedade nacional para aumentar o volume da produção do seu setor primário, em detrimento da melhoria da produtividade dessas atividades econômicas em áreas ocupadas cujo espaço já se encontra em uso.

No Brasil, o aprimoramento da produção em terras ocupadas, via técnicas de drenagem, reflorestamento, irrigação, introdução de máquinas e adubos para aumentar a fertilidade da terra, não foi uma forma de desenvolvimento incompatível com a lógica extensiva, que opera incorporando novas áreas de mata virgem, naturalmente férteis. Historicamente, quando houve indisponibilidade de novas terras em uma área usada, condição que impossibilita os empreendimentos auferirem a chamada “renda diferencial” da terra através do aproveitamento de fatores naturais, como localização próxima e fertilidade do solo, a opção pela abertura de áreas novas quase sempre predominou (Silva, 1982).

A situação que interessa a este trabalho, desencadeada pela expansão capitalista, tem como referência espacial as áreas ainda não povoadas pela sociedade nacional, as porções territoriais ainda inexploradas (ou não plenamente exploradas) por camponeses e afins, além de outros agentes sociais que dirigiram a acumulação de capital na fronteira via empreendimentos grandes e pequenos. Além desse aspecto, definido pela ideia de “vazio”, caracteriza a fronteira a presença de solos férteis sob a forma de terras devolutas, aptas a se integrarem à dinâmica econômica que se expande através da agricultura, das indústrias extrativas madeireira e mineral,

e pela pecuária extensiva. A possibilidade de exploração dessas terras cresce à medida que a incipiência em infraestrutura, que caracteriza a região de fronteira em sua fase inicial, vai cedendo lugar aos investimentos em rodovias, ferrovias, meios de telecomunicações, serviços de apoio e incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, ações que reduzem os custos de produção e valorizam as terras (Sicsú; Lima, 2000).

Na década de 1950, a situação de fronteira foi definida a partir das noções de frente de expansão e de frente pioneira, designações para os momentos a partir dos quais o fenômeno fronteira era analisado. Pela noção de frente de expansão, a consideração essencial são os povos que vivem tradicionalmente em seus territórios, em harmonia com os biomas e seus respectivos ecossistemas. Ainda assim, trata-se de uma terminologia para nomear o deslocamento da sociedade nacional e das atividades econômicas vinculadas, mesmo que de modo frágil, ao mercado capitalista (Martins, 1997).

Na prática, segundo Martins (1997, p. 27), o que se convencionou chamar de frente de expansão não deixa de ser um dos modos pelo qual o processo de reprodução ampliada do capital se manifesta na realidade sócio-espacial, resultando, em última instância, no “massacre de populações nativas, sua drástica redução demográfica e até o seu desaparecimento”. Na perspectiva do autor, a frente adjetivada de pioneira, marcada pela “mitologia heroica do chamado pioneiro” (Martins, 1997, p. 27), que transmite a falsa ideia de uma região socialmente desabitada, seria não mais do que outra face dessa mesma expansão territorial da sociedade capitalista, distinguindo-se pela ênfase que, neste caso, é dada ao “empresário, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (Martins, 1997 p. 152).

Segundo Martins (1997, p. 147), ambas são faces da mesma expansão. De maneira geral, é essa expansão em si que interessa a este trabalho, esse estágio da história em que as relações sociais e políticas se definem, grosso modo, “pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas”. Precisamente, o foco deste estudo é a sociabilidade que advém desse movimento, quando acaba o tempo de redenção, alegria e fartura, fase da fronteira em que há farta disponibilidade de terras devolutas. A sociabilidade da fronteira se exacerba em um cenário de intolerância, ambição e morte, um contexto altamente trágico, no qual predomina a disputa, seja por terra ou pelos elementos naturais dos quais a fronteira dispõe (Martins, 1996).

Na dimensão sociológica da fronteira há uma realidade social singular produzida por tempos de processos históricos distintos, que se misturam, mas não se tornam uma unidade. Essa realidade *sui generis* é portadora de uma sociabilidade produzida pelos encontros conflituos que perpassam e constituem o espaço no bojo da expansão da sociedade nacional

sobre os territórios ainda não absorvidos pelo processo de reprodução ampliada do capital. A convivência entre os indivíduos, na sociabilidade da fronteira, ocorre sob o domínio da diferença e do desencontro entre etnias e entre modos de vida e interesses distintos (Martins, 1997).

A complexidade sociológica da sociabilidade de fronteira, em parte, reside no extermínio genocida e no radical conflito entre classes sociais, nos quais predomina o poder pessoal daquele que tem poder sobre a terra. Trata-se de uma situação, um modo de viver no limite, cuja centralidade, mais do que sobre a figura do pioneiro, recai na vítima fragilizada. Entretanto, as suas “consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos”; ela impõe aos lugares relações sociais altamente conflitivas, forjando homens a partir de uma humanidade que não é a da tradição filosófica humanista (Martins, 1997, p. 16).

A sociabilidade de uma fronteira, tal como aquela que este estudo buscou recuperar, é um lugar privilegiado de observação sociológica, que permite conhecer a particularidade das sociedades em suas respectivas formações e entender como elas se reproduzem em tensão com os processos socioeconômicos mais abrangentes, que dão sentido à sua existência enquanto fronteira. É uma sociabilidade nova, mas apenas pelo fato de, em sua aparência, ser destituída dos elementos que constituem a reprodução social típica das regiões formadas a mais tempo.

Nessa fronteira da civilização, em seu limite histórico, geográfico e cultural, impera a barbárie. Trata-se de um contexto sócio-espacial no qual o outro é degradado porque, na lógica da sociabilidade da fronteira, a dominação é privilégio de quem subjuga e explora. Muito longe de ser lugar de aventuras, a expansão das fronteiras contribuiu para a estruturação da sociedade brasileira, configurando “uma cruz a ser carregada”, fardo cujos efeitos são conservadores e bloqueadores de transformações sociais para melhor (Martins, 1997, p. 21). As consequências da sociabilidade da fronteira se prolongam no tempo, ao ponto de sua durabilidade marcar “profundamente a cultura peculiar que daí decorre” (Martins, 1997, p. 28).

A compreensão da sociabilidade adotada neste trabalho passou pelo reconhecimento do estranhamento e da ausência de alteridade entre “sociologicamente conviventes” que a situação de fronteira lhes impõe. É esse antagonismo entre modos de vida distintos “que dá substância à peculiaridade da situação de fronteira” (Martins, 1997, p. 29). De um lado, os “autoproclamados agentes de humanização da natureza e dos selvagens” (Martins, 1997, p. 29), que se concebem enquanto humanos heroicos; do outro lado, resistindo e se opondo aos primeiros, as populações indígenas e camponesas, futuros expropriados das terras nas quais empregaram longos tempos de trabalho e de vida.

2.2 As categorias de formação e diferenciação sócio-espacial

Proposta por Milton Santos (2014a), a categoria de formação sócio-espacial foi originalmente apresentada em seu texto, *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, produzido em 1977 (Santos, 1977). Insere-se no contexto da emergência de uma perspectiva que passou a conceber o espaço, não de maneira estática, ou como palco das ações humanas, mas enquanto instância social das práticas que o produzem. Essa perspectiva foi responsável pela superação da ênfase que a Geografia dava às formas, ênfase historicamente cultivada pela disciplina em detrimento do estudo das formações (Machado, 2016).

Sua importância para estudos que tematizam as sociedades, os ambientes e os territórios se fundamenta no fato de essa ser uma categoria que precedeu a concepção atualmente em voga, de território usado, que aparece na última quadra da trajetória intelectual de Santos (2001), mais especificamente na obra *O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI*. Neste estudo, admite-se que, apesar de sua aparente superação, trata-se de uma categoria cujas possibilidades ainda não se esgotaram. De toda forma, tanto Machado (2016) quanto Silveira (2011) reconhecem a correspondência e a intercambialidade entre a categoria de formação sócio-espacial, agora deslocada para o plano da mediação entre a teoria e a empiria, e a concepção mais recente que dela adveio, conhecida por território em uso.

Adequando o arcabouço teórico desta pesquisa à época na qual se concentrou a análise da fronteira do Sertão do Rio Doce, as práticas que predominaram no âmbito desse fenômeno foram compreendidas na forma de ações que diferenciaram, não o território em uso, mas a formação sócio-espacial da cidade. Essa opção tem a ver com a necessidade de adequar, historicamente, os conceitos e as categorias, que são datados, já que suas respectivas evoluções refletem as alterações na própria realidade a que se propuseram explicar. Assim, este trabalho partiu do entendimento de que:

[...] a geografia tem que assumir que o seu ponto de partida, a localização física no espaço, contém a força do “empírico”, que não se explica por si mesmo, mas que é o que deve ser explicado. Este empírico visto concretamente na especificidade dos lugares, não se explica por mais detalhes que tenhamos em sua descrição, mas sem ele, sem o seu conhecimento, o único lugar a que podemos chegar é o de generalizações apressadas. Não podemos correr este risco, perder a essência, a diversidade dos homens e dos lugares, em nome de uma unidade vazia, sem concretude (Vieira, 2009, p. 4).

De acordo com Milton Santos (2014a), o espaço é uma estrutura social imbricada de uma forma que, por sua vez, corresponde a uma organização espacial, que é resultado de um

conjunto de variáveis que atuam por meio da história. Essa concepção admite que as estruturas espaciais possuem um grau de autonomia no que diz respeito às outras determinações estruturais que articulam a realidade enquanto unidade do diverso. Isto, todavia, não diminui a função ativa dessa “inércia dinâmica” que se entende por espaço, afinal, enquanto elemento da organização da vida em sociedade, o espaço também é condição para a existência da totalidade de estruturas e de relações que perpassam uma formação sócio-espacial.

Segundo Ferreira (2011), Milton Santos (2014a)³ elaborou uma reflexão dialética e original sobre a relevância da dimensão espacial a partir do conceito marxiano de formação econômica e social. Fundamental para a superação da concepção que reduzia o espaço à função de palco das relações sociais, Machado (2016) considera que a categoria formação sócio-espacial foi a principal contribuição de Milton Santos para o movimento intelectual que ficou conhecido por “giro espacial”, um marco na renovação crítica da Geografia na década de 1970.

Para Mamigonian (1996), ao reivindicar o estudo das formações de modo indissociável da sociedade e do seu espaço, Milton Santos deixou uma porta fecunda aberta no campo da Geografia Humana, convidando-a à prática da espacialização (ou localização) dos fenômenos, uma atitude indispensável que, todavia, é frequentemente deixada de lado. De acordo com Cruz (2003), trata-se de uma categoria que possibilita a percepção das diferenciações entre os lugares, sensível às variações que o espaço assume em sua existência histórica, que lhe devolveu o status de condição básica para a realização da produção. Esta concepção possibilita “uma abordagem totalizante para questões cujo entendimento demanda uma perspectiva integradora e não dicotômica” (Cruz, 2003, p. 72).

O conceito marxiano de formação social e econômica, do qual precede a categoria miltoniana, foi desenvolvido a partir de estudos que o atrelaram à unidade espacialmente correspondente à concepção de Estado-Nação, escala essa que, por sua vez, reúne dentro de si subunidades, por vezes, envolvidas em subsistemas incapazes de existirem autonomamente (Santos, M., 2014a). A região, nessa perspectiva, “não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo” (Santos, M., 2014a, p. 43). Ainda assim, apesar dessa unidade de capitais, força de trabalho, infraestruturas e instituições, que integram o Estado-nação e dinamizam uma formação social e econômica, ao longo da história, esses recursos totais serão geograficamente distribuídos de tal modo que a

³ Ferreira não se refere, em 2011, a uma reflexão elaborada por Santos três anos depois, em 2014. Na verdade, Milton Santos faleceu em 2001. Este livro (Santos, M., 2014a) é composto por uma coletânea de artigos selecionados por ele e publicada originalmente logo após ter recebido, em 1996, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Barcelona.

consequência está na ordem “de uma diferenciação espacial e de uma definição específica para cada lugar” (Santos, M., 2014a, p. 44).

Uma formação sócio-espacial expressa, em unidade, na forma de uma síntese geográfica – por assim dizer –, a totalidade de processos econômicos, sociais, políticos e culturais da vida de uma formação específica. A complexidade dessa “parte manifesta de uma totalidade social e espacial em constante mudança” (Ferreira, 2011, p. 1), a qual Milton Santos (2014a) deu o nome de formação sócio-espacial, tem relação direta com esses processos que inscrevem seus resultados no espaço, em determinada quadra histórica, e a partir das ações de distintos agentes sociais.

Apesar de Milton Santos (2014a) tê-la proposta como instrumento de mediação entre as questões nacionais e a realidade, a categoria de Formação Sócio-espacial, como também constata Silva (2009), não configura um paradigma metodológico enrijecido. Isto possibilita a sua aplicação, de modo não mecânico (Silveira, 2011), em investigações científicas que se valham da “escala geográfica nacional, como a regional e a local” (Bastos; Casaril, 2016, p. 277). Mesmo Machado (2016, p. 95), que não vê sentido na utilização dessa ferramenta epistemológica em estudos que não tenham o Estado-nação como unidade privilegiada de análise, reconhece que a categoria “ostenta ainda múltiplas possibilidades analíticas a serem exploradas”.

Nesse sentido, a cidade, segundo o próprio Santos (1993), pode ser pensada como uma totalidade menor, o lugar geográfico e político dos conflitos (e das soluções), que circunscreve processos que se desdobram na dimensão local, em articulação a processos econômicos, políticos e socioculturais de abrangência nacional, quase sempre vinculados à complexidade global. Pensar Governador Valadares enquanto formação sócio-espacial é concebê-la como uma síntese de “um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetida à lei do todo” (Santos, M., 2014a, p. 25-26). Assim, foi possível ir além dos limites impostos por uma concepção político-administrativa, bem como ter acesso a uma especificidade do espaço urbano cuja formação foi analisada no interior de um quadro de processos históricos espacialmente localizados, denominado sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce.

Essas formas de “apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana” ganham vida na forma de práticas que influem na organização espacial, na territorialidade, ou mesmo na “lugaridade”, revelando elementos com implicações efetivas para as pretensões de determinada ação social, ou conjunto de ações (Carlos, 2007b, p. 11; Souza, 2020). Nesse sentido, para a consecução do seu objetivo, este estudo incorporou o conceito de

prática sócio-espacial. Trata-se de uma forma de qualificar o conceito de diferenciação espacial, introduzindo-lhe o “social”, reconhecendo-o como fundamental para a compreensão dos processos que (re)produzem o espaço (Corrêa, 2022). Desse modo, tem-se um conceito que suscita o entendimento da própria produção das diferenciações, isto é, o entendimento dos conteúdos fundamentais à (re)produção do espaço, e de que forma determinadas práticas sociais espacializadas diferenciam o espaço em determinado período histórico (Carlos, 2007a).

Nessa dialética da manifestação singular entre a universalidade “modo de produção capitalista” e os nexos da particularidade da sociedade brasileira que, por sua vez, conforma uma instância territorial, que tanta influência recebe do choque permanente entre o novo e o velho, “a indiferenciação do espaço não passa de um mito”. Um mito que encobre a continuidade não linear de processos sociais relacionais e, muitas vezes, antagônicos – apesar de complementares –, pelos quais o local se diferencia, mesmo atravessado por fenômenos de alcance global (Bessa, 2011, p. 54).

Ao tratar da importância da diferenciação sócio-espacial para a geografia, Corrêa (2022) o distingue dos conceitos essenciais do fazer geográfico, tais como espaço, paisagem, lugar, região e território. Entretanto, o autor enfatiza a capacidade desse conceito de atrair o pesquisador, de instigá-lo, tendo em vista que, muitas vezes, é na diferenciação que muitas contradições da realidade coexistem, já que são derivadas do acúmulo de ações que se relevam na forma de práticas socioespaciais.

Para Sposito (2018), mais do que um aspecto pelo qual se interessa o cientista social, a diferenciação sócio-espacial é um conceito necessário em meio à tendência que se observa em algumas comparações que não entram no mérito das singularidades dos lugares que, muitas vezes, determinam o conteúdo ou a qualidade dos fenômenos em uma realidade específica. Nesta perspectiva, Santos (2012b, p. 121) considera que:

[...] o princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local, e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais.

Que se tome, como exemplo, uma eventual comparação entre o total de assassinatos ocorridos em cidades médias brasileiras, que as ranqueie em proporção a suas respectivas populações. Mesmo que se investigue os tipos de crime que predominam em cada cidade, seria importante entendê-los enquanto ações que ocorrem em uma dimensão espacial específica, por

mais que esses delitos possam ter raízes que extrapolem a dimensão local (ou regional) que os circunscrevem.

Não à toa, e em sentido contrário às comparações que ignoram as diferenciações espaciais, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022* (Brasil, 2022), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dedicou espaço considerável para tratar, de maneira diferenciada, a violência na Amazônia Legal, região sobre a qual avançam atividades extrativistas e agropecuárias. No biênio 2020-2021, das cinco regiões que conformam o território nacional, a região Norte apresentou uma variação da taxa de mortes violentas intencionais de 7,9%, ao passo que as demais regiões apresentaram variações negativas. Além disso, 1/3 das cidades mais violentas do país estavam circunscritas à região da Amazônia Legal, que apresentou uma taxa de violência letal 38% superior à média nacional.

Este exemplo evidencia que a extensão territorial e a diversidade espacial que a caracteriza configuram um aspecto geográfico importante para o entendimento das dinâmicas econômicas, demográficas e políticas que conformam o mosaico de situações que configura o país. Sobre essa base diversificada, a globalização, apogeu técnico e político da fase superior do capitalismo, “não apaga os restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo” (Santos; Silveira, 2001, p. 253).

Essa ampliação dos espaços sob o domínio do modo capitalista de produção, e a aparente homogeneização que decorre desse predomínio global, induzem à “comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos” (Sposito, 2018, p. 128). Em sentido contrário às perspectivas que ignoram as diferenciações que perpassam uma cidade ou município, este trabalho focaliza um dos diversos processos que, no decorrer da história, inscreveu suas marcas na formação sócio-espacial de Governador Valadares, a saber, a sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce.

2.3 A prática sócio-espacial da grilagem de terras

A grilagem foi uma prática sócio-espacial decisiva para a estabilidade da classe dos grandes proprietários de terras, fundamental para a existência da concentração fundiária sob a qual se reproduziu o capitalismo brasileiro. Ela opera a favor da apropriação das terras de trabalho ainda não incorporadas à lógica capitalista, transformando-as em terras de negócio (Asselin, 1982). Além disso, enquanto forma de estabelecimento da propriedade privada

fundiária, a grilagem é o mecanismo sobre o qual se assenta a ideologia que confere legitimidade social aos sujeitos proprietários que figuram nas narrativas históricas hegemônicas sob o cacife de “conquistadores, desbravadores, donos, pioneiros e/ou bandeirantes” (Prieto, 2020, p. 134).

Faria (2020) ressalta que a negociação mercantil, nos moldes da compra e venda, nunca foi o único caminho de se obter terras como propriedade privada no Brasil. Como possibilidade de apropriação ilegal de terras, a grilagem possibilita usar (ou não, principalmente nos casos em que a terra é especulada e funciona como reserva de valor) sem “ter”, juridicamente, determinada porção de terra. A grilagem permite à propriedade privada, tão necessária às sociedades capitalistas, constituir-se por meio de relações não capitalistas (Faria, 2020).

A comprovação de direitos fundiários para a finalidade de concentrar terras e obter, em decorrência dessa concentração, influência no poder político é viabilizada pelos grileiros através da criação de documentos falsificados (Prieto, 2016). Essa alquimia foi descrita por Lobato (2009) como uma sequência que se iniciava pelo envelhecimento de um título de terra falso. Obtinha-se o efeito amarelado pela defumação do papel a uma distância da fumaça determinada pela idade que se desejava imputar ao documento. Enquanto se dava essa exposição, borrifava-se água na superfície do papel, de maneira minuciosa, engenhosidade que lhe conferia um aspecto rugoso. Até o cheiro de papel antigo era reproduzido. Para tanto, colocavam-no entre o baixeiro e a carona, mantas que ficam por baixo da sela do cavalo no qual o grileiro montava, impregnando-o “do cheirinho, do bouquet dos decênios” (Lobato, 2009, p. 18).

Muitas vezes, as fraudes documentais eram amparadas por alianças entre distintos agentes sociais, que garantem a legitimação dos lastros falsos nos cartórios de registro de bens imóveis. Por detrás da tramoia jurídica que configura a grilagem, essa legalização da usurpação de terras operada por grileiros aparece como mecanismo de violência e produtor de conflitos, ratificador da concentração da propriedade fundiária. O grileiro, valendo-se de algum poder econômico e/ou político, registra limites imprecisos, descreve áreas inexistentes e apresenta confrontantes imaginários em detrimento das referências físicas, naturais ou não (Faria, 2020).

A prática da grilagem não requer dispêndio de dinheiro de um eventual futuro “proprietário”, diferentemente do que ocorre em relações de troca reguladas por contratos de compra e venda, nos moldes capitalistas (Prieto, 2016). O suposto proprietário, após efetivada a grilagem, cerca uma terra pela qual jamais teve que despende qualquer valor financeiro significativo. Dessa forma, além de lhe conferir crescimento patrimonial, a legalização do roubo de terras lhe permite auferir renda fundiária de uma terra que, na realidade, nunca foi sua, fato

que contribui para a concentração de riqueza e para o aumento da desigualdade que dela se desdobra (Prieto, 2020).

Já na obra de Lobato (2009, p. 18), o roubo e o assassinato são citados como princípios “eternos e irredutíveis” do grileiro. Em certas zonas, a atividade dos grileiros, de tão intensa, promovia, segundo o autor, verdadeiras “revoluções geográficas”. No sentido empregue por Lobato (2009), esse termo não faz referência a qualquer mudança de paradigma nem menção alguma a alteração teórica no interior da disciplina Geografia, mas à profundidade das alterações ilegalmente promovidas na configuração espacial dos lugares. Nesse sentido, a grilagem ganha um aspecto de uma ação genocida, que destrói histórias e espacialidades de maneira bastante engenhosa, impactando “todos os níveis e dimensões de análise do país (a sociedade, a cultura, a economia e a política)” (Prieto, 2020, p. 132).

A grilagem de terras e a violência a ela associada acabaram por constituir um dos traços característicos mais marcantes da sociabilidade de fronteira no Sertão do Rio Doce e, conseqüentemente, de Governador Valadares, que é o universo de referência deste trabalho. Esse tipo de expropriação da população da terra como meio de produção também ficou marcado como elemento definidor do convívio entre as pessoas, não tendo passado despercebido por romancistas, jornalistas e historiadores que descrevem o *modus vivendi* da população valadarense no período considerado neste estudo (1940-1960). Essas questões, com foco específico no Sertão do Rio Doce, serão retomadas no Capítulo 4, que é precedido pela descrição do percurso metodológico adotado no estudo.

Conforme a metáfora de Souza (2020, p. 9), no exercício da pesquisa sócio-espacial, “enxergar mais e melhor” é uma tarefa necessária à compreensão de uma realidade. Esse feito, quase sempre, exige a construção de um edifício capaz de ampliar o campo de visão que se propõe à análise, devendo, portanto, ser erguido em bases sólidas de conhecimento. Nessa criação, os tijolos, que constituem as paredes assentadas nessa estrutura anterior, equivalem-se aos conceitos e categorias discutidos neste capítulo. Se a teoria configura uma espécie de argamassa, que faz a junção desses conceitos e categorias, como sugere Souza (2020), o método se apresentaria, nessa analogia, a forma pela qual se decide fazer as paredes do edifício do conhecimento.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando a classificação sugerida por Gil (2002), que facilita o entendimento das diversas categorias de pesquisas, o esforço científico que resultou neste trabalho se vincula à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, mas cujo caráter é dado pela pesquisa do tipo sócio-espacial⁴, definida por Souza (2020) como um campo interdisciplinar (ou a-disciplinar) que produz investigações, científica e filosoficamente embasadas, nas quais as relações sociais e o espaço, articulados, são devidamente valorizados na construção do objeto e no próprio exercício de pesquisa em si.

A pesquisa aplicada lida com problemas que se manifestam no próprio meio em que determinado pesquisador está inserido, embora, por vezes, também produza contribuições que ampliem o conhecimento sobre determinado tema, quando não sugere novas questões a serem investigadas (Gil, 2002). Enquanto tal, esta pesquisa aplicada também tem como um de seus propósitos se aproximar de uma pesquisa explicativa, caracterizada por sua capacidade de explicar e identificar fatores que determinam ou colaboram para que determinado fenômeno ocorra (Gil, 2002).

Quanto aos dados e aos conhecimentos necessários para tornar este trabalho inteligível, pode-se dizer que sua natureza qualitativa foi delineada pela consulta a fontes (impressas e digitais) comuns à pesquisa bibliográfica (Gil, 2012). Ou seja, a construção da argumentação que possibilitou o desenvolvimento deste estudo apoiou-se no trabalho intelectual de outros autores; afinal, são as ideias já estabelecidas que permitem qualquer outra pesquisa avançar ou sugerir um outro modo de interpretar a realidade a que determinado objeto de pesquisa pertença (Bachelard, 2009).

Antes de tentar compreender como a grilagem de terras influenciou a diferenciação na (re)produção do espaço em Governador Valadares, fez-se necessário identificar essa prática sócio-espacial. Tarefa impossível de ser realizada sem que se recupere a sociabilidade que esse fenômeno ensejou nas imediações do município. Para tanto, optou-se, de início, pela representação da sociabilidade da fronteira em Governador Valadares a partir de duas obras literárias, cujas tramas tiveram papéis centrais neste estudo: *Fome em Canaã*, do escritor Agripa

⁴ Da Região Geográfica Imediata de Governador Valadares fazem parte estes vinte e seis municípios: Alpercata, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Nacip Raydan, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, São José da Safira, Sardoá, Sobralia, Tarumirim, Tumiritinga, Mathias Lobato e Virgolândia.

Vasconcelos (1966), e *Nas terras do rio sem dono*, do jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira (1988).

A representação daquela sociabilidade pautou-se na reconstituição da evolução da fronteira a partir da importância assumida pela prática sócio-espacial da grilagem de terras nos respectivos enredos dessas obras principais. Todavia, tais obras foram auxiliadas por prefácios e crônicas jornalísticas contidas em obras de autores locais, ou de autores que tematizaram a região, nas quais, vez ou outra, a sociabilidade que interessa a este trabalho recebeu alguma menção, a saber: *No sopé da Ibituruna*, de Ruy Pimenta Filho (1979); *O legendário capitão Pedro*, de Juvenal Guerra Raydan (2002); *A emboscada*, de Eustáquio Ramos de Oliveira (2013); *Rio Doce*, de Salm de Miranda (1949); e *Epopéia de pioneiros*, de Edmar Campelo Costa (1977).

Os romances cujos estilos se assemelham aos de fronteira, *Fome em Canaã*, do escritor Agripa Vasconcelos (1966), e *Nas terras do rio sem dono*, do jornalista Carlos Pereira (1988), serviram de base para a representação daquele tempo, quadro de referência em que se pôde perceber a sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce e a sua relação com as práticas sócio-espaciais que predominaram naquele contexto. A opção por priorizar essas obras, em vez de outras, justifica-se pelo fato de que o clímax de ambas as tramas se desenrolou, em momentos distintos, na dimensão espacial que interessa a este estudo, que não é o caso da obra de Salm de Miranda, por exemplo, cuja abrangência é regional. Ou seja, os contextos descritos nas obras de Agripa Vasconcelos e Carlos Pereira possibilitaram recuperar a evolução da sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce na escala e no tempo adequados aos propósitos deste estudo.

No que se refere à literatura como fonte para a pesquisa, há quem diga que, mesmo no caso de uma obra classificada como ficção, é possível identificar, tanto as situações típicas do contexto em que se passa uma eventual narrativa, quanto as personagens que representam uma ou mais pessoas que foram comuns ao contexto social de determinado período (Martins; Cainelli, 2015). Representação, na literatura, de acordo com Pesavento (1995), refere-se ao resgate seletivo das ideias e das imagens próprias de um lugar, ou, como no caso deste estudo, a reconstituição da sociabilidade da fronteira na qual ocorreram as práticas sócio-espaciais que conferiram especificidade à (re)produção do espaço urbano em Governador Valadares.

Mas, apesar das potencialidades do uso adequado da literatura como fonte para uma pesquisa como esta, como bem destacaram Pesavento (2003) e Montoito e Rios (2019), uma obra literária não deve ser tida como meio suficiente para se ter acesso ao passado. Ambos recomendam que o uso de material literário como fonte histórica deva se dar em confronto com outros registros, capazes de contextualizar os dados obtidos através dessa forma de apreender

o mundo e a realidade histórica. Nesse sentido, além dos textos literários, o estudo considerou análises que versaram sobre os processos de (re)produção do espaço urbano com fundamento na teoria miltoniana da urbanização brasileira, em linha com uma concepção de cidade do campo que assegura e regula as funções da nova divisão territorial do trabalho para o setor agropecuário similar ao destaque conferido a Governador Valadares a partir de 1940. Foram identificadas as práticas sócio- espaciais que predominaram naquele contexto, práticas que foram discutidas em suas respectivas importâncias para a produção do espaço urbano da cidade.

3.1 Considerações sobre a escala de análise

Como discute Souza (2020), a referência espacial que se tem a partir de determinada escala é uma questão fundamental para se estudar qualquer realidade sócio-espacial. Cada pesquisa, dada a sua especificidade, defrontará com uma configuração escalar que articula o objeto estudado, sendo que o “peso” dos processos que definem a abrangência física de qualquer escala no interior dessa articulação é historicamente criado. Para que uma pesquisa aplicada evite uma análise imprecisa e comprometa a mensagem que se propôs a comunicar, a abordagem da qual se vale para atingir seu objetivo deve, portanto, ser rigorosa e, ao mesmo tempo, não formalista em relação à forma e à natureza das relações sociais e suas interações espaciais.

Quando se deseja analisar uma sociabilidade ensejada por uma fronteira, esse cuidado ganha ainda mais relevância. Sabe-se que uma fronteira, ao “consumir” terras, partes de ecossistemas e biomas, tem a intensidade desse “consumo”, bem como o seu movimento no espaço, afetados pelo teor de sua própria dinâmica interna, mas não somente. Também pesam sobre a fronteira os processos sociais que perpassam as escalas que articulam a sua sociabilidade, tais como a divisão internacional e territorial do trabalho, o aumento da complexidade das forças produtivas alocadas no espaço, bem como do modo de gestão do território nacional adotado pelo Estado em resposta aos desdobramentos das lutas sociais e políticas. Portanto, “é preciso olhar o regional, o nacional ou global para se entender o local” (Sposito, 2018, p. 130).

Desde a década de 1970, a hierarquia unidirecional tradicional, na qual o global envolve a dimensão correspondente ao Estado-nação e, respectivamente, as escalas de ordem regional e local, esse esquema foi posto em xeque pelo rearranjo das hierarquias escalares da espacialidade no interior da sociedade capitalista (Sanfelici, 2018). Essa modificação pode ser entendida como uma consequência da crise do fordismo, atrelada ao início de um processo que passou a

reduzir o predomínio que a escala correspondente ao Estado-nação deteve a partir da Segunda Guerra Mundial, no que tange à regulação dos “processos contraditórios de acumulação de capital e reprodução social” (Sanfelici, 2018, p. 124). Nota-se, a partir daí, o desenvolvimento de relações mais diretas entre poderosas corporações transnacionais com determinadas atividades que, anteriormente, eram quase restritas à cumulação capitalista na dimensão local (Sanfelici, 2018; Santos, 2018).

A reorganização do espaço produtivo nacional e o rápido surgimento de novos municípios após a promulgação da Constituição Federal em 1988 (Brasil, 1988) foram as consequências mais evidentes de um processo cujas características socioeconômicas e político-administrativas delinear-se no contexto da inserção do Brasil na dinâmica econômica mundial contemporânea. Esse processo alterou a geografia do país ao promover diferenças e desigualdades complexificadoras da leitura que, até então, fazia-se do território, com base nas unidades subestaduais do espaço amplamente conhecidas por mesorregião e microrregião.

Assentada na configuração atual da rede urbana brasileira, a nova proposição teórico-metodológica do IBGE (2017, p. 8) oferece um “quadro regional de referência para a compreensão, em múltiplas escalas, das diversidades existentes no imenso Território Nacional”, valendo-se das noções de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas. Trata-se de uma metodologia adequada à atualidade da configuração do Brasil, mas que também expressa (porque resulta de) antigas tendências, que produziram distintas zonas de influência ao longo do território nacional no decorrer do tempo.

No contexto de Minas Gerais, com suas 14 Regiões Geográficas Intermediárias, a antiga Mesorregião do Vale do Rio Doce, que se dividia em sete microrregiões, foi substituída por duas Regiões Geográficas Intermediárias: Região Geográfica Intermediária de Ipatinga e Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares. Essa última, por sua vez, é composta por um conjunto de quatro Regiões Geográficas Imediatas, no interior do qual se destaca a Região Geográfica Imediata de Governador Valadares, responsável por articular 26 municípios⁵.

Apesar dessas profundas modificações, foi possível notar que, na última fase da evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce, o seu ir sendo fronteira esteve circunscrito, mais ou menos, à dimensão espacial hoje compreendida como Região Imediata de Governador Valadares. Portanto, neste estudo, toda menção à dimensão espacial ou alcance da sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce tem como referência a área que abrange esses 26 municípios,

⁵ Nome popular atribuído às empresas que beneficiavam o mineral mica.

em que pese o fato de o seu objeto de pesquisa ser a cidade-sede do município de Governador Valadares.

Se o objetivo a que esta pesquisa se propôs a cumprir exigiu o entendimento de alguns dos processos que participaram da produção e do uso do espaço na cidade, fez-se necessário priorizar a escala ou nível local, tal qual, numa concepção político-administrativa, corresponderia à dimensão espacial presente na noção de “gestão da cidade”. Seria onde a atividade política mais imediata se torna viável, considerando “a possibilidade de uma vivência pessoal imensa do espaço e a formação de identidades socioespaciais sobre a base dessa vivência” (Souza, 2016, p. 106). Isto não quer dizer que se supôs a existência de uma “realidade valadarense”, uma vez que “tais especificidades não são intrínsecas [...] às regiões, pois são especificidades determinadas pelo capital” (Alves, 2003, p. 9). Inclusive, admitir tal unidade não implica ignorar essas especificidades, pelo contrário, trata-se de reconhecê-las sob a égide do modo de produção capitalista (Alves, 2003).

3.2 Considerações sobre o período histórico

Para sugerir uma diferenciação na formação da Governador Valadares, esta pesquisa trabalhou com base no período histórico compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, sem desconsiderar a história anterior, quando foram criadas as condições para a polarização da fronteira que o município viria a exercer. Na verdade, desde a primeira década do século XX, quando se deu a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), as primeiras alterações dos valores das terras devolutas já atraíram os “primeiros comerciantes compradores de café e os madeireiros, além de aventureiros em busca de riqueza fácil” (Espindola, 1998, p. 151).

Entretanto, a partir da década de 1940 houve “uma mudança radical” (Espindola *et al.*, 2020, p. 94). A dinâmica econômica cidadina passou a expressar, como uma síntese, o caráter da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce. Evidenciou-se a maior influência da fronteira no âmbito da escala geográfica socialmente produzida na dimensão local, quando a sociabilidade ensejada pela fronteira mais determinou a intensidade das práticas sócio-espaciais dos agentes que hegemonizaram aquele contexto, nas imediações de Governador Valadares.

O marco histórico fundamental para a periodização da evolução de Governador Valadares da qual se valeu este trabalho foi a emancipação política no ano de 1938 do então distrito de Peçanha, dando origem ao município de Figueira do Rio Doce. De acordo com Espindola (1998, p. 154), a referida emancipação pode ser entendida como uma luta que

unificou as “pessoas de destaque da época”, tendo sido dirigida pelo Partido Emancipador em prol da finalidade que estava expressa em seu próprio nome. A esse respeito, Siman (1988) chega a falar da consolidação de uma burguesia local, processo esse que, neste estudo, foi interpretado como um desdobramento de uma formação sócio-espacial que adquiria vida própria.

Para mostrar o caráter da inserção de Governador Valadares nesses processos ocorridos em escalas mais amplas, o resgate dos principais momentos da evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce se constituiu uma tarefa inevitável, tema do próximo capítulo.

4 A SOCIABILIDADE DA FRONTEIRA EM GOVERNADOR VALADARES

Desde o período colonial, a formação territorial brasileira consistiu na história da expansão do espaço produtivo por meio da absorção de áreas das quais pudesse haver a retirada de alguma matéria ou aproveitamento de algum fator diferencial de suas terras. Passaram-se os anos e a expansão foi se alterando, no tempo e no espaço, assumindo características próprias, modificando os espaços à maneira de cada uma dessas formas de incorporação, variando de acordo com o tipo de ocupação, de produção, do uso e apropriação das terras das zonas tidas como pioneiras. O Vale do Rio Doce, como um todo, e desde muito tempo, tem sido objeto de interesses econômicos diversos e de variadas preocupações políticas. A começar pelos motivos que levaram à sua inserção tardia na divisão territorial do trabalho.

Todo ponto de vista se constitui em uma base precisamente localizada, um espaço que determina o campo de visão do observador. Nesse sentido, os principais momentos da evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce foram recuperados, neste capítulo, com o intuito de esclarecer a relação entre a fase terminal desse fenômeno, isto é, o período no qual predominaram o extrativismo madeireiro e mineral, seguido da pecuária extensiva. De início, apresenta-se uma descrição sucinta da dinâmica econômica do município de Governador Valadares a fim de subsidiar o entendimento do item subsequente, que se refere à análise da prática da grilagem que conferiu especificidade à formação sócio-espacial de Governador Valadares.

Por outro lado, a muito breve caracterização de Governador Valadares requer, primeiro, que se faça algumas considerações sobre o contexto geopolítico global, dentro do qual se inseriram, tanto os esforços para a reorganização interna do capitalismo no Brasil sobre uma base de acumulação urbano-industrial, quanto as iniciativas para que Minas Gerais superasse a atonia que caracterizava sua vida econômica após a decadência do ouro e dos diamantes, em contraste com o dinamismo econômico apresentado por São Paulo.

4.1 A dinâmica socioeconômica de Governador Valadares no contexto geopolítico global

Alguns dos municípios mais proeminentes do Vale do Rio Doce, tais como Itabira, João Monlevade, Coronel Fabriciano e Governador Valadares, em seus respectivos percursos históricos, tiveram alguma relação com os desdobramentos do estágio da sociedade denominado por Lênin (2011) de imperialismo. Essa etapa da história do capitalismo, à época, uma fase superior, resultou de um rápido e substantivo desenvolvimento de alguns ramos

industriais que superconcentraram a produção econômica dos países mais avançados, detentores das forças produtivas mais desenvolvidas no interior da constelação capitalista global.

Na configuração imperialista do mundo, além da tendência ao monopólio, havia uma frequente absorção de ramos subalternos de uma cadeia produtiva por parte de uma combinação de empresas, numa integração que abarcava diferentes etapas do ciclo capitalista, a ponto de “as linhas férreas da América” terem sido controladas por monopólios estrangeiros. Na cadeia de exploração e beneficiamento de minérios, por exemplo, fazia-se “um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas de um país, e ainda, [...] de vários países do globo”, atividade organizada e especulativa que asfixiou empresas menores que não se submeteram ao julgo e arbitrariedade monopolista (Lênin, 2011, p. 131).

O interesse pelo Vale do Rio Doce já havia ganhado “outra dimensão depois do anúncio sobre o potencial das reservas de alto teor do quadrilátero ferrífero, durante o XI Congresso Geológico e Mineralógico, realizado em 1910, na cidade de Estocolmo” (Espindola *et al.*, 2011, p. 2). Todavia, somente a partir do ano de 1919, capitais privados externos passaram a atuar de maneira mais intensa na trajetória histórica da região Vale do Rio Doce.

Não por acaso, Percival Fhaquar, um dos maiores empresários norte-americanos na primeira metade do século XX, viria a se tornar o principal controlador da Itabira Iron Ore Company, a companhia precursora da cia. Vale do Rio Doce, responsável até 1942 pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), ano em que o coração do sistema logístico da região, finalmente, passaria a ter controle estatal (Espindola *et al.*, 2011). Em meio às preocupações nacionalistas de alguns políticos brasileiros que receavam deixar serviços essenciais do sistema logístico nas mãos de estrangeiros, a ousada pretensão de Fhaquar era garantir a exportação de “10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano para os Estados Unidos” (Escritório [...], 1979, p. 2).

A tendência à anexação de outras regiões – incluindo áreas dos interiores remotos de países politicamente independentes – pelos países avançados, implicou um tipo de nova partilha dos territórios do mundo, uma luta encarniçada entre as grandes potências na busca por hegemonia, situação que desembocaria na Segunda Guerra Mundial (Lênin, 2011). O ataque surpresa do Império Japonês à base americana de Pearl Harbor antecipou a entrada dos Estados Unidos no conflito, obrigando-os a providenciarem um conjunto de matérias-primas necessárias à estratégia que os americanos definiram para a guerra (Oliveira, 2003).

Perante os interesses dos EUA, e como forma de se obter meios para a adequação das forças armadas brasileiras às exigências daquele período de guerra, além de possibilitar o

desenvolvimento de uma indústria siderúrgica nacional, os Acordos de Washington celebrados em 1941 entre Estados Unidos e Brasil, foi o desdobramento mais importante dessa reorganização geopolítica mundial para a fase da evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce que mais interessa a este trabalho. Segundo Fonseca (1950, p. 151), 28 acordos totalizaram a parceria, sendo que 14 regulavam a borracha silvestre, e outros 14 para os seguintes produtos: “aniagem, arroz, babaçú, cacau, café, castanha, cristal de rocha, ipecacuanha, linters de algodão, mamona, mica, minério de ferro, pirêtro e timbó”.

Fazendo jus às riquezas do Vale do Rio Doce, Governador Valadares se tornou fonte importante de minerais, tais como a mica e o berilo. Essas matérias disponíveis na natureza foram transformadas em recursos, principalmente, para satisfazer a demanda americana naquela fase imperialista do capitalismo global. A influência desses agentes externos na última quadra da evolução da fronteira do Sertão do Rio Doce suscita, por isso, o conceito de dependência, que também contribui para o entendimento da própria dinâmica econômica de Governador Valadares. O conceito de dependência designa uma condição a partir da qual determinado ente econômico, em uma posição subalterna, conduz o seu desenvolvimento nos marcos de um subdesenvolvimento, isto é, desenvolvendo o seu modo de “ir sendo” subdesenvolvido ao longo da história.

Essa dialética, desenvolvimento do subdesenvolvimento, configuraria um reflexo da expansão econômica dos países que mais se beneficiaram da divisão internacional do trabalho naquele contexto de imperialismo. A nação de economia dependente ao lograr dos efeitos positivos dessa relação, nos termos de cada momento histórico, consolidava a sua própria posição subalterna, que a obrigava a conviver com os efeitos deletérios específicos do seu desenvolvimento capitalista. Através dessa perspectiva é que se procurou analisar o caráter da economia valadarense, um caso da “situação interna desses países [dependentes] como parte da economia global” (Santos, 2011, p. 6).

Para as forças políticas que buscavam a implementação do ideal de progresso, os vastos espaços “desocupados” no interior do país, nos quais se encontravam vastos estoques de matérias-primas, supostamente, contribuiriam para alçar o Brasil ao patamar de evolução dos países “centrais”, termo usado para fazer referência a alguns países mais bem posicionados na divisão internacional do trabalho. Orientava os interesses desses segmentos da sociedade uma interpretação equivocada da particularidade brasileira, que entendia a condição de subdesenvolvimento que se desdobrava da dependência enquanto uma etapa, pressupondo a existência de um percurso “etapista” que levaria o país ao destino chamado “primeiro mundo”. Nesse sentido, a superação da condição de subdesenvolvimento implicaria, para tais

perspectivas, a eliminação dos resquícios de “atraso”, cujos sertões habitados pelos povos e comunidades tradicionais seriam notórios exemplos desses resquícios que, hipoteticamente, reduziam o vigor do desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira (Velho, 2009).

A partir desse período, dentre outras funções importantes que a política de aberturas de novas fronteiras assumiu, destaca-se a capacidade que esse fenômeno teve de aliviar a pressão demográfica nos principais centros comerciais e industriais do país. As terras vastas, férteis, propícias à agricultura, à pecuária e extrativismos diversos, tornaram-se fatores de absorção de trabalhadores desempregados, descontentes com aquele processo de transformação violenta da sociedade nacional. Assim, a concepção de Brasil como “país do futuro” teve, como um de seus cerne, a abertura de fronteiras, mecanismo pelo qual se expressava o ideal de progresso que, supostamente, conduziria o país à “modernidade” capitalista (Velho, 2009).

A década de 1930, portanto, é um marco para um conjunto de iniciativas capitaneadas pelos segmentos sociais mais proeminentes, política e economicamente, de um país que ainda se definia por seu passado colonial. Nessa década, têm início os processos sociais que conduziram a transição hipertardia de uma economia agroexportadora e “autofágica, que se nega e bloqueia a indústria” (Chasin, 2000, p. 11), para uma sociedade que caminharia para a consecução de sua urbanização e para solidificação das bases para a industrialização brasileira via política de substituição de importações para atendimento de um mercado interno crescente.

A revolução de 1930, segundo Oliveira (2015), marcou uma nova correlação de forças políticas que tornou possível a reformulação do aparelho do Estado. As primeiras preocupações que conduziram a história da sociedade brasileira para o sentido da regulação do trabalho, dentre outros modos de regulação estatais adotados, puseram fim às condições sob as quais se dava a hegemonia agrário-exportadora. A superação da renda da agricultura pela renda industrial, em 1956, é um fato que confirma uma nova hegemonia interna, que se inicia na década de 1930, quando condições estruturais possibilitaram uma reestruturação capitalista no Brasil sobre uma base de acumulação urbano-industrial, ainda que hipertardiamente, e nos marcos do subdesenvolvimento imposto pela relação econômica de dependência externa.

O novo papel que o setor primário da economia passou a desempenhar após 1930 se distinguiu da função anterior pelo fato de haver deixado de ser a unidade central da economia brasileira. Os extrativismos minerais e madeireiro, juntamente com a agropecuária, passaram de protagonista a coadjuvantes, mesmo que suas respectivas importâncias ainda se mantiveram ativas, funcionais às condições impostas pelas transformações que o país estava vivenciando. Antes de a produção agropecuária garantir apenas recursos para pagar as demandas do país por bens de consumo, tal como ocorreu até 1930, as principais atividades desse setor passaram a

ser responsáveis, também, por suprir a demanda interna por bens de capital e de bens intermediários para uma indústria nacional incipiente, mas que ganharia vigor nas décadas seguintes (Oliveira, 2015).

A estabilidade desse processo de reconfiguração interna do país se ampuou nos ganhos de produtividade decorrentes da incorporação, pelas atividades econômicas primárias, de novas terras férteis e abundantes em recursos naturais, e em uma força de trabalho superexplorada, remunerada de maneira compatível com os baixos níveis de vida que a estrutura agrária do país os impunha (Oliveira, 2015). Essa reconfiguração interna, operada nas condições desfavoráveis de uma posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho, vitimou, duplamente, esse setor primário da economia brasileira, mantendo sua histórica vinculação às economias centrais, mas condicionando novos laços de dependência, agora internos:

O crescimento dos polos “modernos”, [...] passaram a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas [...], em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos “polos dinâmicos” da economia interna. [...] A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico (Fernandes, 2009, p. 176).

A concentração das principais atividades industriais nos principais centros urbanos caminhou de mãos dadas com o isolamento relativo de outros, devido à integração econômica limitada que se difundiu pelo imenso território em sucessivas modernizações, em um movimento desigual e combinado (Silveira, 2011). A difusão pelo território do modo capitalista de produção em sua fase urbano-industrial beneficiou as regiões já detentoras de maior intercâmbio e dinamismo, reforçando ainda mais a polarização ao condicionar o surgimento de mais casos de dependência internos.

Essas “diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país” (Santos, 2004, p. 293), contudo, não devem ser entendidas como uma espécie de colonialismo interno. Por buscar explicação no colonialismo entre países, tal aproximação se faz abusiva, pois mesmo ocupando uma posição vitimada, Santos (2004) argumenta que esses lugares propagavam para o interior de si o dinamismo advindo desses vínculos. Tanto que, mesmo em tal condição, Governador Valadares assumia importantes funções urbanas, como de centro comercial e polo de beneficiamento e distribuição de produtos de origem pecuária (Espindola, 1998).

4.2 Do boom ao colapso: divisão territorial do trabalho, fronteira, e a dinâmica econômica de Governador Valadares

O Sertão do Rio Doce, estrategicamente localizado, lócus da “resistência das comunidades dos índios” (Coelho, 2011, p. 19), tornou-se fundamental para o tratamento de “minuciosa e rigorosa disciplina” (Prado Júnior, 2012b, p. 57) a que a mineração foi submetida como forma de se evitar o seu contrabando. Tratou-se de uma preservação da natureza para atender interesses da mineração de ouro e diamantes, atividades que haviam sido responsáveis pelo deslocamento brusco do povoamento, do litoral para o núcleo central da região das minas do estado de Minas Gerais. Como bem observou Milton Santos (2014b, p. 71), “se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele é, todavia, objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas”.

Por Sertão do Rio Doce entende-se, não a região tropical mais árida do que o agreste, na qual predomina o bioma cerrado ou a caatinga, mas a zona que, desde o período colonial, foi configurando o moderno Vale do Rio Doce que, como dito anteriormente, na mais recente divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi subdividido em duas Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt’s), respectivamente polarizadas pelos municípios de Ipatinga e Governador Valadares. Afastado do litoral, o Sertão do Rio Doce continha a parte Leste de Minas Gerais, numa abrangência que se estendia até a porção Oeste do Espírito Santo (Morais, 2021).

De maneira incipiente, a ocupação dessa região teve início após a vinda da família real para o Brasil, no contexto do esgotamento dos ciclos do ouro e dos diamantes (Coelho, 2011). A abertura da fronteira teve como base um imaginário constituído pelas noções de vazio demográfico e lugar inóspito, habitado por “selvagens incivilizados” – em referência aos povos indígenas em seus territórios historicamente constituídos (Morais, 2021). Ocorreu lenta e progressivamente, mas mudou radicalmente de patamar com a intensificação do processo que Santos (1993) chamou de urbanização pretérita, em meio à industrialização que Chasin (2000) adjetivou de hipertardia, que passou a guiar a acumulação capitalista no Brasil, após 1930 (Oliveira, 2015). Como nunca em sua própria história, o Sertão do Rio Doce se tornou a mais nova fronteira no estado de Minas Gerais, recebendo “incentivos fiscais e investimentos da União e do Governo Estadual para o seu desenvolvimento” (Morais, 2021, p. 294).

No período histórico compreendido entre as décadas de 1940 e de 1960, a importância da fronteira do Sertão do Rio Doce não ficou à margem das transformações ocorridas no Brasil após 1930, que exigiram do setor primário da economia nacional “o abastecimento das cidades,

a composição da cesta básica de alimentação dos trabalhadores” (Linhares; Silva, 1999, p. 104), tornando-o uma variável fundamental para redução dos custos com matérias-primas em benefício de uma demanda crescente, lastreada na explosão demográfica dos grandes centros urbanos do Brasil. Na forma de sustentáculo das transformações do país, a produção de matérias-primas sob um custo baixo regulava os gastos com os quais as massas urbanas teriam com alimentação e consumo básico (Oliveira, 2015).

Por parte do Estado Nacional, havia a intenção de garantir que os gêneros alimentícios pudessem ser adquiridos a preços baixos, condizentes com as limitadas condições econômicas do contingente de trabalhadores urbanos que afluiu às principais cidades. No que se refere às matérias-primas, os recursos eram extraídos a partir de estruturas produtivas baratas, combinando baixos investimentos e limitadas condições de vida dos trabalhadores recém-chegados às “terras sem dono” das fronteiras, de onde se drenava as riquezas para urbanizar as cidades e manter a produção industrial crescente. O setor primário da economia brasileira barateou os preços de seus produtos à custa da exploração da força de trabalho rural e pela manutenção de baixos investimentos de capital nas zonas tidas como pioneiras.

A divisão territorial do trabalho que adveio dessa reorganização do país para o estabelecimento de um padrão de acumulação capitalista urbano-industrial articulou para si a região que compreende o Vale Do Rio Doce e, em consequência, uma gama de “interesses de um mundo de gente” (Miranda, 1949, p. 76), ora compatíveis, ora conflitantes, envolvendo agentes de distintas escalas. Interesses imperialistas trouxeram para as terras mineiras representantes de negócios das nações dominantes, países que transferiram a infraestrutura para o “nacionalismo” brasileiro se realizar a partir de uma industrialização na qual destacavam-se a metalurgia e, por sua vez, a siderurgia.

Assim como o parque industrial mineiro estava subordinado aos dois polos econômicos mais proeminentes do país (Paula, 1997) – São Paulo e Rio de Janeiro –, no interior do estado havia uma “forte interdependência entre a zona metalúrgica e o vale do rio Doce” (Strauch, 1958, p. 81), de modo que, “o alto Rio Doce forneceria o minério de ferro, o médio Rio Doce as matas e o baixo Rio Doce o escoamento da produção” (Marinho Júnior, 2022, p. 218). Para as principais unidades siderúrgicas existentes naquele período, Belgo-Mineira, Acesita e Usiminas, as áreas “desocupadas” do Vale do Rio Doce serviram, principalmente, de estoque de madeira, matéria-prima que, carbonizada, resulta em carvão vegetal, que fora o principal combustível dos altos-fornos que transformavam o minério de ferro beneficiado em aço.

Enquanto liga metálica, o aço já se apresentava como indispensável à região de Minas Gerais conhecida por zona metalúrgica. Afinal, um país em franco processo de industrialização

(e urbanização), carecia de tubos, fios, barras, chapas, e outros produtos de aço. Em um momento mais complexo da história dessa divisão territorial do trabalho, esses produtos de aço supriam a demanda das indústrias de bens intermediários, presentes na região metropolitana de Belo Horizonte e, principalmente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. É fato que toda essa cadeia estivera intimamente vinculada às características físicas e biológicas do espaço, fazendo das imediações de Governador Valadares uma zona estratégica. Essa conjuntura beneficiou Minas Gerais, incluindo os municípios do próprio Vale do Rio Doce e suas respectivas elites econômicas locais, que detinham meios e modos de garantir a concentração das terras da promessa do rio sem dono para onde se dirigiam levas de migrantes.

Os solos da área que abrange o município de Governador Valadares sofreram as consequências da dinâmica de exploração, o que Marinho Júnior (2022) chamou de “fronteira do carvão”, e que esteve vinculada ao complexo metalúrgico-siderúrgico de Minas Gerais, um importante fator de pressão sobre as terras de Governador Valadares. Nelas também se constituiu o que Siman (1988) denominou de “império da mica”, mineral amplamente demandado pelos Estados Unidos, além da pecuária extensiva, principalmente após o aumento da demanda por carne nos mercados nacionais e internacionais no contexto da 2ª Guerra Mundial, bem como depois dela. Naquele período, a fronteira do Sertão do Rio Doce, em sua expansão pelas terras não devastadas das imediações de Governador Valadares, foi responsável por instituir a dinâmica econômica desse município, e por integrá-lo à divisão territorial do trabalho ensejada pela reorganização do país a partir do padrão de acumulação capitalista urbano industrial após 1930, em contexto de imperialismo.

O foco específico em Governador Valadares mostra que, durante quase toda a década de 1930, o extrativismo madeireiro, o plantio de café, o comércio e a pecuária, não tiveram vulto capaz de dinamizar efetivamente a economia de Figueira. Apesar de o tempo das máquinas já se fazer notar e do esforço das principais lideranças daquele lugarejo em torná-lo moderno – esforço evidenciado em seu planejamento urbano inicial, cujo formato é de uma grelha (Siman, 2008) –, Figueira tinha, ao mesmo tempo, um aspecto de lugar pobre e isolado em meio a uma rica floresta (Espindola, 1998).

A partir da década de 1940, com o aumento do preço da madeira, aquilo que no período anterior configurava uma exploração seletiva, de baixo investimento, quase que manual, foi cedendo lugar a uma gama de estabelecimentos (serrarias) dotados dos devidos meios técnicos para extrair a máxima quantidade de toras grandes no menor espaço de tempo. Foram quatro os principais destinos dessa produção madeireira, que chegou a ser a segunda mais importante de Minas Gerais em 1954: a) Vitória – ES, onde o que excedia à necessidade da capital seguia para

outros grandes centros urbanos e até outros países; b) Belo Horizonte, como vigoroso polo moveleiro que crescia econômica e demograficamente; c) para a finalidade de combustão, queima exigida pelo transporte ferroviário; d) para a alimentação dos fornos da siderurgia mineira (Carvalho; Matos, 2016).

À medida que a extração de madeiras derrubava a floresta, os proprietários logo tratavam de tornar pasto a área desmatada para a prática da pecuária extensiva (Carvalho; Matos, 2016). A pecuária voltada à engorda do gado para abastecimento da demanda por carne dos mercados não tinha a expressão que viera adquirir a partir da década de 1940, quando passa a crescer até se estabelecer como um dos maiores rebanhos do estado (Espindola, 1998).

No diagnóstico que serviu de guia para o XVIII Congresso Internacional de Geografia, Strauch (1958), a partir da paisagem do entorno de Governador Valadares, ainda constata a voracidade do desmatamento que provocava uma espécie de “limpeza do terreno”, característica que diferia aquelas imediações das demais áreas do Vale do Rio Doce, cujas derrubadas tinham o “aspecto de algo deixado por terminar”. Dominada por fazendas cujas sedes “eram mais bem construídas”, refletia uma “pecuária mais bem desenvolvida”, responsável pelo “abastecimento das grandes cidades do Leste, particularmente Belo Horizonte e Rio de Janeiro” (Strauch, 1958, p. 81).

Dentre as funções cumpridas por Governador Valadares em meados da década de 1950, Strauch (1958) destaca, primeiramente, o fato de a cidade ter se tornado um centro de beneficiamento, em decorrência dos extrativismos, madeireiro e mineral, além de beneficiar também couro e outras pedras preciosas. Em segundo lugar, Strauch (1958) destaca a função citadina de centro de distribuição de mercadorias produzidos em outros centros urbanos do país e fora dele, algo que, segundo Espindola (1998, p. 36), houvera de acontecer, também, em relação aos gêneros agrícolas, quando a pecuária extensiva predominou, e “a agricultura de importância desapareceu de Governador Valadares”. A terceira função, de acordo com Strauch (1958, p. 121), refere-se à atratividade exercida pela cidade, fato que gerava “uma população flutuante não só de mercadores e representantes de firmas comerciais, mas principalmente de nordestinos”.

Em Governador Valadares, a erradicação da malária e de outras endemias que assolavam a população decorreu dos “progressos sanitários” os quais, segundo Santos (1993, p. 31), reduziram as taxas de mortalidade e impulsionaram o movimento de urbanização no país a partir do fim da Segunda Guerra. A esse respeito, tratando desse processo civilizador no Sertão do Rio Doce, entre 1942 e 1960, Vilarino (2015) evidencia as tensões e constrangimentos que marcaram a passagem, da lata d'água ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), instituição

que impôs à população de Governador Valadares hábitos padronizados de higiene e práticas cotidianas de saúde homogêneas, cuja implementação, de acordo com Pinheiro (2015), explicitou a influência norte-americana no Brasil, principalmente no controle de doenças que ameaçavam a saúde da força de trabalho necessária à exploração das matérias envolvidas nos Acordos de Washington.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, coube ao município extrair e beneficiar a mica que o Brasil exportava para os Estados Unidos, num contexto em que o mineral figurava como o mais eficiente dielétrico, amplamente usado nos sistemas de radares que operavam a partir da tecnologia de radiofrequência (Santos, W., 2014; Siman, 1988). Segundo Santos (1985, p. 9), a lavra adquirida nesse período pelo alemão Leo Becker, que deu o nome Golconda ao povoado situado em Governador Valadares, foi uma das mais importantes fontes desse mineral, que só entrou em declínio “em meados da década de 1950”. A mineração, na zona de influência do município, ganharia mais um fôlego com a exploração do berilo, para atender as indústrias de vidro e cerâmica, mas, com o passar dos anos, perdeu importância para a pecuária, que ocupou também os extensos espaços deixados pela indústria extrativista vegetal, que entrou em franco declínio (Santos, 1985).

A atividade agrícola pouco interesse despertou nos principais agentes da dinâmica econômica local. A cultura da cana-de-açúcar foi a que teve maior relevância no período em questão, sendo o tamanho das lavouras determinado pela demanda do comércio local e estadual. Controlada pela própria Cia. Agro Pastoril, a Companhia Açucareira do Rio Doce (CARDO) foi a usina de açúcar que melhor representou esse ramo (Espindola, 1998; Santos, W., 2014). O “desenvolvimento surpreendente” de Governador Valadares contrastava com a incipiência de uma ocupação que se encontrava “em fase de transformação da exploração das matas para a pecuária” extensiva, chamando atenção o fato de suas “grandes possibilidades agrícolas” não terem sido aproveitadas “pelo homem ocupador desta área” (Strauch, 1955, p. 40-41). Esse desinteresse pela agricultura, em favor de “negócios mais sedutores ao pequeno capitalista da região” (Strauch, 1958, p. 124), segundo Espindola (1998, p. 36), pode ser entendido nos termos de uma ausência de uma “mentalidade empreendedora”.

No final da década de 1950, a urbanização começou a dar sinais de sua incompletude: a não extensão de serviços básicos, informação, tecnologia, ciência, acesso ao lazer, transporte etc. a toda a população valadarense. O colapso da dinâmica econômica, cujos principais aspectos foram recuperados para fins desta síntese, significou a paralisação das “miqueiras”⁶,

⁶ Watú é a designação em língua krenak para o Rio Doce.

das serrarias e de outras companhias que mantiveram relações de trabalho com inúmeras pessoas, em pleno momento no qual o crescimento demográfico da cidade estava equiparado ao dobro do nacional. Na década de 1970, com a conversão gradual da região, de polo a reservatório de mão-de-obra com tendência ao abandono populacional, a estagnação da dinâmica até então impulsionada pela fronteira, consolidou-se (Espindola, 1998; Guimarães, 2007).

Em síntese, entre as décadas de 1940 e 1960, as atividades primárias que deram maior sustentação à economia da cidade refletiam a última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce. A natureza exploratória das terras, bem como o vulto dessas atividades, esteve diretamente relacionada ao desfecho de outras atividades econômicas desenvolvidas, seja em âmbito regional, nacional e/ou internacional. Assim foram articuladas, portanto, cidade e fronteira, nos processos de transformações do país, que implicaram uma nova divisão territorial do trabalho após 1930.

4.3 A prática sócio-espacial da grilagem no sertão do Rio Doce

Uma prática sócio-espacial como a grilagem, no que se refere às suas consequências para a (re)produção do espaço urbano da cidade, deve ser analisada em seu teor autêntico, isto é, o mais próximo possível do modo como de fato ela ocorreu. No caso deste estudo recorreu-se, primeiro, às menções à sociabilidade e aos acontecimentos vinculados à grilagem na obra de Vasconcelos (1966) e Pereira (1988), assim como às citações de prefácios e crônicas jornalísticas contidas em obras de autores locais e de autores que tematizaram a região. Posteriormente, foram ressaltadas as práticas da grilagem no Sertão do Rio Doce no âmbito do seu processo de desenvolvimento econômico e divisão do trabalho no território nacional, típicos da região no período de estudo.

4.3.1 A descrição presente nos romances literários⁷

No romance *Fome em Canaã*, Agripa Vasconcelos (1966, p. 155) conta que, depois de 30 anos de vida no sertão de Minas Gerais, foram as cartas recebidas por Julião, remetidas por um fazendeiro do Sertão do Rio Doce, que pela primeira vez cogitaram a possibilidade de

⁷ As citações diretas contidas nesta e na próxima seção foram transcritas em itálico porque, diferentemente das outras citações diretas presentes no decorrer desta dissertação, são elas responsáveis pela recuperação da sociabilidade sob a qual a formação sócio-espacial de Governador Valadares se constituiu.

emigração de sua família, das margens do São Francisco para a beira do Rio Doce: de um “*vale de um rio para outro vale*”. Dois elementos importantes se destacam nesse primeiro momento, marcado pelo ar de derrota que acometera uma família chefiada pela incondicional autoridade latifundiária do Sr. Vicente. O primeiro deles é o convite oferecido àquela família cuja condição, em breve, seria a de escorraçada. Um certo fazendeiro que habitava Figueira comunicou o provável horizonte que lá teria aquela família, ressaltando que as “*vantagens da mudança*” seriam garantidas pela disponibilidade de terras daquele lugar novo. O segundo elemento é a exploração dessas terras para fins econômicos.

As adversidades impostas pelo contexto do qual debandou aquela família que, até então, só conhecia a vitória e o sucesso de seus empreendimentos, atribui à viagem às terras do Rio Doce, anunciada por Vicente, um caráter de “*salve-se-quem-puder*” ou “*a última cartada*”, quiçá a “*vergonhosa retirada de uma família que enfrentou, desde o índio às perseguições dos caranguejos*”, a política e as febres (Vasconcelos, 1966, p. 155). Nessa mudança de contexto sócio-espacial operada pela trama destaca-se a expectativa das personagens em relação às terras da promessa. Os sentimentos de esperança e de redenção configuram a solução que Agripa Vasconcelos deu à derrota da família chefiada pela incondicional autoridade latifundiária do Sr. Vicente.

Com a chegada ao destino, imediatamente, as formas predominantes de exploração daquelas terras para fins econômicos chamam a atenção do leitor. Uma das principais destinações dadas às matérias disponibilizadas pela mata, evidenciou-se na profissão, madeireiro, comum àquela região, profissão que a vida (na fronteira) reservou a Milwars, colega de faculdade de Julião, que residia em Baguari, nas imediações de Figueira.

Agripa Vasconcelos descreve a região como portadora de uma fertilidade vigorosa. A explicação para aquela abundância residia no húmus adjetivado de milagroso, que provera muitas espécies de árvores de Mata Atlântica, de troncos enormes. Comparadas aos exemplares que povoavam as terras do vale do rio Doce, as madeiras do vale do rio São Francisco não passavam de frágeis gravetos que, em contrapartida, destaca Vasconcelos (1966), não suscitariam a cobiça dos homens. Bastava uma ou, no máximo, duas unidades retiradas pela atividade madeireira para preencher todo o espaço da prancha destinada ao transporte pela linha férrea, que já se fazia presente.

Ao chegarem em Figueira, depois de terem conhecido o Sr. Serra, um pioneiro, tido como patriarca do lugar, Julião e Milwars foram por ele conduzidos até as terras próximas do rio Suaçuí, um afluente do rio Doce. Explicava-lhes, durante o caminho, que toda aquela região, para aqueles que nela viviam, ainda era uma terra nova na qual, “*sair de noite [...] era morte*

bastante provável” (Vasconcelos, 1966, p. 161). Na porta de um hotel, onde os dois pernoitaram, ouviram com atenção o relato de Antão Domingues, um detentor de uma patente de coronel, com o qual conversaram sobre terras e madeiras, assuntos recorrentes de um contexto por ele assim descrito:

Isto aqui é terra de aventureiros. Não tem poetas, porque o homem vive de olhos aguçados, vigilante, frente aos múltiplos perigos que dão à vida um travor pavoroso. Em vez do livro – a lâmina da faca. Em vez da atenção ao espírito, a atenção nas sombras das estradas, donde pode surgir o canguçu, o cuidado com a pedra e a moita, onde pode estar um homem emboscado. Sua abstração é o alerta! Nesta zona o homem que sofre um susto não leva a mão ao coração, pois, nesse instante, já está com a mão no revólver (Vasconcelos, 1966, p. 161).

Em *Fome em Canaã*, a sociabilidade de fronteira se evidencia na carta escrita pela personagem, Calango, assinada em Figueira, em março de 1927, enviada para dar notícias àqueles familiares que ficaram no sertão. O lugar para onde aquela família havia se mudado, entrecruzado pela Estrada Férrea Vitória Minas, e por aquela que viria a ser a rodovia Rio-Bahia, intrigava-o pela grandeza de tudo aquilo que os cercava, fato que tornava a região ideal para “*enriquecer e envelhecer*”. Desde que não fossem vitimados pela civilização incipiente e “*bárbara, de obscuras tragédias na mata*”, ressalta (Vasconcelos, 1966, p. 163).

Em suas palavras, esse “*segundo paraíso*”, no qual bastava “*abrir mais derrubadas para aumentar os pastos*” (Vasconcelos, 1966, p. 172), encontrava-se ameaçado pela “*vasta fogueira*” que fazia arder aquela terra inculta de solo virgem (Vasconcelos, 1966, p. 162-163). No horizonte do percurso histórico de Figueira, desenhava-se “*um deserto de areias áridas*”, possibilidade de futuro da qual estavam cientes os próprios geógrafos de Estado, personagens da trama que testemunhavam a destruição daquelas terras após o genocídio que havia sido operado contra os “*botocudos valentes, ciosos de sua autonomia*” (Vasconcelos, 1966, p. 175).

Mesmo naqueles anos, nos quais o embrião de Governador Valadares apenas se esboçava no distrito de Figueira, já se faziam notar as pressões de todo tipo, que promoviam a desocupação das terras de trabalho de inúmeros camponeses. As posses, sem muita dificuldade ou contestação, eram destinadas à venda compulsória pelo fórum local, em leilões motivados pela incapacidade de muitos sitiantes arcarem com a carga elevada de impostos, que só crescia. Indignado com as decisões arbitrárias que levavam “*à praça um alqueire de terra de gente que não tinha dinheiro nem para comer*” (Vasconcelos, 1966, p. 170), um dos padres do distrito, em uma conversa sobre o assunto desigualdade, chegara a pregar, não a vinda de Cristo, mas a necessidade de uma revolução.

O período em que se passa o enredo de Agripa Vasconcelos não isenta o Estado de responsabilidades pelas práticas sócio-espaciais que inauguraram uma forma excludente de produzir o espaço naquele contexto. Nesse ciclo de rotatividade das posses, que no fim das contas, beneficiava aqueles que detinham a capacidade de arrematá-las, o comprador, além de adquiri-las por um preço relativamente inferior, apropriava-se do trabalho acumulado nas roças desmatadas por aqueles que haviam chegado antes:

A família emigra. Vem outro homem, aproveita o rancho e estende outra roça. Daí a tempos surgem mais duas casas de pobres aventureiros. Foragidos de crimes vão se ajuntar aos três infelizes. Não demora que outro abra uma venda. Aí o Governo, em vez de mandar remédios e socorro para aquelas famílias desterradas, manda cobrar imposto do chão e da venda (Vasconcelos, 1966, p. 226).

Em referência à imaturidade capitalista da região declarava-se, ora “*um mundo ainda pouco útil*”, ora “*uma princesa mal vestida*” (Vasconcelos, 1966, p. 181-182). A vinculação, ainda frágil, do Vale do Rio Doce à divisão territorial do trabalho, aparece como causa dos problemas do tempo vivido, uma ingenuidade que fica nas entrelinhas, escondida detrás do teor dramático das lamentações das personagens. Na ausência de uma solução efetiva, desejavam a modernização, o progresso e o desenvolvimento, como se tais forças não estivessem sendo responsáveis pela pressão fundiária de uma gama de interesses mercantis que já os infringia. Latente, a sociabilidade típica de fronteira já produzia resultados catastróficos, fazendo da retirada a única alternativa para o “*exército de vencidos que fugiam da sociedade, apegados com fúria a uns restos periclitantes de vida*” (Vasconcelos, 1966, p. 184). Contrastavam com as levas de despossuídos que, um dia, viram naquela região a esperança de um futuro melhor, os ricos, os políticos coniventes com essas e outras formas de violência, e os corajosos.

Os desdobramentos dos fatos narrados em *Fome em Canaã* produzem no leitor a impressão de que havia um ciclo interminável de sofrimento, que em vez de motivar uma solução, tornava cada vez mais grave aquele quadro, contribuindo para um meio cada vez mais hostil. A face violenta daquela sociabilidade tinha como fundamento o desprezo pela vida e a ausência de alteridade nas relações cotidianas daquelas terras nas quais “*os que mandam e querem tudo*” controlavam a justiça, de modo a deixar “*tudo impune*”, onde sequer adiantava “*andar armado*”, pois as tocaias não eram evitadas pela vigilância de uma polícia frágil e submissa (Vasconcelos, 1966, p. 237).

Naquele tempo, a grilagem ainda não se travestia de métodos engenhosos, pois não havia necessidade. O camponês que, diante da cobiça de um grande empresário fundiário, recusava-se vender sua terra, involuntariamente, agendava a sua própria morte; afinal, bem mais

fácil era adquirir uma propriedade de uma viúva desesperada. A valorização das terras pela ampliação da infraestrutura produtiva e logística da região caminhou de mãos dadas com o aumento de famílias que “*ficaram sem chefes e sem filhos homens*”(Vasconcelos, 1966, p. 238-239).

Essa prática sócio-espacial impactou a vida da personagem Dona Rita, uma das muitas viúvas desesperadas, arrependidas pela relutância em vender sua terra, motivada pelo desejo de permanecer. Enlutada pelo marido que fora assassinado, espantou-se com a ausência de “*inquérito sobre a morte do rapaz*” (Vasconcelos, 1966, p. 238). De Julião, recebera a resposta que constatava o “*costume do vale*”: “*quem morre é que é criminoso*”, “*e falar é muito pior*” (Vasconcelos, 1966, p. 238-239).

A ação ilegal por trás da formação da propriedade da terra que, concentrada, garantia poder aos chefes locais de Figueira, poderia ter tido outro desfecho, se “*as mãos dessa gente criminosa*”, a que Schiller se refere no fim da trama, tivessem comprado as terras devolutas “*apossadas por gente humilde que vencida a febre*”(Vasconcelos, 1966, p. 238), em vez de tomá-las à força. Em torno desse ponto nevrálgico se encontrava a causa da contradição denunciada por Vasconcelos (1966, p. 244), que deu nome à sua obra: no Vale do Rio Doce havia “*fome, no meio da fartura*”.

Como uma continuidade desse estado de coisas sob o qual Governador Valadares se tornara “*a metrópole do Rio Doce*”, em *Nas terras do rio sem dono*, Pereira (1988, p. 18) enfatiza alguns elementos daquela sociabilidade que engendrou “*uma das mais violentas e cruéis lutas pela terra de que se têm notícias no Brasil*”. Nesta obra, os acontecimentos estão circunscritos ao período histórico que sucede o tempo em que o germe da sociabilidade de fronteira havia se estabelecido em “*uma região que até 1940 era praticamente abandonada*” pelos grandes empreendimentos capitalistas (Pereira, 1988, p. 18).

Nas terras do rio sem dono se inicia com o diálogo entre um posseiro, já estabelecido, e um chegante, ainda sem-terra. Na trama de Carlos Olavo Pereira, ambos representam os sertanejos que fugiam da convivência com as secas para se fixarem em alguma terra da promessa, tal como figurava, no imaginário popular brasileiro, a parte média do vale do rio Doce. Não à toa, o personagem sem-terra recebeu do autor um codinome sugestivo: Pau de Arara. Um termo pejorativo, que faz referência ao modo de acomodação das pessoas nos veículos que transportaram muitos nordestinos que decidiam tentar a sorte na região Sudeste do país, denominação que também alude a um dos métodos de tortura física mais usados na ditadura militar de 1964.

Mesmo com o predomínio dos assim chamados pioneiros, a fama de terras férteis continuava a atrair “*levas e levadas de nordestinos a desbravar suas matas e povoar os confins mais recuados*”, terras que, no contexto descrito por Pereira (1988, p. 83), já contava “*com donos demais a disputar suas terras férteis e privilegiadas*”. Seu fundo histórico, portanto, é a última fase da fronteira, quando esse fenômeno já não podia ser mais caracterizado como agrícola. Inaugurava-se um novo contexto, que se estabeleceu nas imediações do município de Governado Valadares no início da década de 1940, cujo ápice ocorreu na década de 1950, encerrando-se na década de 1960.

A corrida para obtenção de terras, e posterior aproveitamento econômico de madeiras, pedras e minerais, bem como para a prática da pecuária extensiva, supervalorizou os solos das imediações de Governador Valadares, “*despertando a cobiça dos grileiros que não demoraram a se fazer presente*” (Pereira, 1988, p. 18). Em *Nas terras do rio sem dono*, o advento da grilagem pela entrada em cena do grileiro aparece como um desdobramento da evolução da fronteira, essa insaciável consumidora de terras. Se a origem dos grileiros era diversa, a objetivo da prática sócio-espacial da grilagem não foi outro senão a obtenção ou dilatação de uma propriedade fundiária.

Vêm de outras regiões do Estado e até de outros Estados. Muitos já são fazendeiros de várias propriedades, sempre querendo “emendar terra com terra” [...]. Outros são capitalistas, homens da cidade, farejando bons negócios com a valorização das terras. Há também as empresas madeireiras e de mineração. E até delegados de polícia, ávidos na disputa de um lugar na região prometedora; chegam “sem um couro para cair em cima, amealham rico e sujo dinheiro e muitos acabam se estabelecendo como fazendeiros; viram ‘coronéis da terra’” (Pereira, 1988, p. 20).

As ações praticadas pelos grandes proprietários com a finalidade de promover a expulsão das famílias que habitavam, trabalhavam e produziam nas terras da zona rural do município configuravam um conjunto de violações que, de tão comum, era de notório conhecimento das futuras vítimas. Esse conhecimento possibilitou a resistência do “*perseguido, o humilhado, o espoliado, o injustiçado*” (Pereira, 1988, p. 40), que reagia a seu modo. Reação que só se concretizava quando o pobre não era vítima de uma tocaia, principal método “*de gente rica eliminar seu inimigo*” (Pereira, 1988, p. 38).

A eliminação das vidas que se faziam obstáculos às apropriações indevidas de terras era facilitada pela abundância de pistoleiros e jagunços em Governador Valadares, e pela “*porcentagem impressionante de assassinatos perpetrados por policiais ou ex-policiais*” (Pereira, 1988, p. 39), que também realizavam o serviço. Em 1960, falando sobre esse

“*ambiente social*”, Pimenta Filho (1979, p. 13), que residia nessa cidade desde 1951, relata que o lugar “*gozava de fama terrível [...] em todo o Estado*”.

As notícias dos crimes que ocorriam em Governador Valadares, além de “*uma série de outras coisas que se ouviam dizer*”, foram responsáveis por uma sociabilidade na qual “*vivia-se sem conhecer o vizinho do lado*” (Pimenta Filho, 1979, p. 13). Nesse sentido, o clímax de *Nas terras do rio sem dono* pode ser entendido como um desfecho de uma fronteira em sua mais alta conflitualidade, no espaço urbano da cidade que polarizou aquele contexto, predominando a violência institucional escancarada, a grilagem de terras e uma série de relações pautadas no mando pessoal.

No contexto desse *modus vivendi*, o sujeito, quando matava, “*além do tiro, ainda dá facada*”, escrevera a própria Machado (1977, p. 172). Em *No sopé da Ibituruna: conversa ao pé do fogo*, Pimenta Filho (1979, p. 13) retrata que a onda de delitos, espécie de “*nódoa*” que identificava Governador Valadares, tinha explicação na jovialidade de uma cidade em formação, “*de população bastante heterogênea*”, na qual se destacava “*grande número de novos ricos exercendo influência nos diferentes setores da vida da cidade e do município*”. Ao contrário de cidades mais antigas, plenamente formadas, a luta pela vida no ambiente de Governador Valadares apresentava “*os aspectos de ‘Far-West’ das cidades novas*” (Pimenta Filho, 1979, p. 94).

Referindo-se, também, à década de 1950, Mourão (2002, p. 7), em *O legendário capitão Pedro*, recorda que “*cadáveres das vítimas eram encontrados aos montes entre as toras das grandes madeiras valadarenses*”. Naquele Eldorado que caracterizava o município, “*cenário de lutas pelo desconhecido*”, “*palco [...] de desmandos e dos mais vis interesses subjetivos*”, a facilidade de enriquecer atraía a figura do forasteiro, mas também o “*jagunço ou pistoleiro, que por alguns ‘cruzeiros’, tirava a vida de um inocente*” (Raydan, 2002, p. 13-14).

Em *Rio Doce: impressões de uma época*, de Miranda (1949), o personagem Joaquim Camilo, em torno do qual se desenrola uma pequena trama que serve de quadro para as impressões daquela época, ratifica a constatação de Prado Júnior (2012a, p. 238), para o qual, diferentemente do pequeno proprietário, que se identifica à terra e a torna essencial para sua existência, o grande proprietário, “*com seu espírito e suas afinidades essencialmente mercantis e imediatistas, não pode cogitar disto*”. A personalidade da personagem é descrita como um produto legítimo daquele meio, “*uma terra perigosa [...], respeitável centro de atração de aventureiros pouco escrupulosos*” (Miranda, 1949, p. 101). Tratava-se de um homem que não pertencia ao mundo das letras, apesar do seu espírito vivaz e de ser muito inteligente para os negócios, ramo no qual sua grande ambição fez fortuna.

Como retratado por Miranda (1949, p. 112), na sociabilidade da fronteira, contexto em que se passavam os acontecimentos aqui mencionados, “*era preciso não ser assustado e ser mesmo disposto para ficar naquele meio bravio, onde só mesmo um forte poderia triunfar*”. Naquelas terras atravessadas pela sociabilidade da fronteira, o adjetivo “forte” não se restringiu aos possuidores de atributos pessoais, físicos ou psíquicos, mas à condição daqueles “*com seu nome famoso, ou à sombra de um nome famoso, e aos que com suas riquezas fizeram sucessivas negociatas*” (Miranda, 1949, p. 75).

Entre as décadas de 1940 e 1960, no município de Governador Valadares, polo da dinâmica econômica esboçada no item anterior, desdobrava-se a sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce, em sua mais alta conflitualidade. Nesse período, a cidade cresceu e se urbanizou, absorvendo para si o ambiente social que marca a fase de fechamento do fenômeno fronteira, mas não somente. A grilagem de terras aparece como uma das causas daquela sociabilidade, que por sua vez, e cada vez mais, atribuía contornos ainda mais violentos àquele contexto, intensificando, inclusive, a própria grilagem de terras ao banalizá-la, ao torná-la algo corriqueiro, comum, pertencente à ordem daquele estado de coisas.

A grilagem de terras, prática sócio-espacial em torno da qual se vinculou grande parte dos acontecimentos mencionados neste capítulo, fatos que deram má fama a Governador Valadares, promoveu ainda verdadeiras “*revoluções geográficas*” (Lobato, 2009, p. 19) na configuração espacial das imediações do município. Assim, por meio da grilagem das terras usadas pelos posseiros, do despejo violento de famílias de pequenos lavradores, a sociabilidade da fronteira introduziu um conteúdo do qual os principais processos de (re)produção do espaço urbano na cidade não pôde prescindir.

Em síntese, a respeito das duas obras centrais focalizadas neste estudo – *Fome em Canaã* e *Nas terras do rio sem dono* – pode-se dizer que o texto literário possibilita o acesso a aspectos de uma época e em relação a um assunto específico. Mesmo quando se trata de uma obra de ficção, é possível identificar tanto as situações típicas do contexto em que se passa uma narrativa, quanto as personagens que representam uma ou mais pessoas comuns a determinada época (Martins; Cainelli, 2015).

O desfecho de *Fome em Canaã*, que se passa nas imediações de Figueira, hoje Governador Valadares, provavelmente, na transição entre as décadas de 1920 e 1930, permitiu a observação da sociabilidade da fronteira no momento que antecede o seu processo de fechamento para a pequena posse. À época, a latência desse fenômeno ainda convivia com a esperança decrescente de imigrantes, posseiros, cujos destinos dependiam do uso da terra para

a elaboração de suas lavouras, única forma de sobrevivência e estabilidade que se apresentava a eles naquele meio hostil.

Fome em Canaã retrata o ciclo do latifúndio em Minas Gerais, sendo Figueira um lugar em constituição, sem coesão entre os diferentes grupos e indivíduos que “*estão em luta permanente*” (Espindola, 2015, p. 183). Ainda assim, com muitas terras disponíveis em seu entorno, o lugar também é o centro da promessa, cuja possibilidade de redenção convive em meio ao caos que este estudo denominou, sociabilidade da fronteira. Em *Nas terras do rio sem dono*, as consequências da evolução da fronteira podem ser notadas de maneira nítida, se não intensa, sugerindo o seu fechamento, isto é, a drástica redução da disponibilidade de “terras da promessa” para a pequena posse nas imediações de Governador Valadares. A ampliação, ilegal e violenta, da grande propriedade fundiária mercantil, em detrimento da lavoura, teve como fundamento o lastro da dinâmica econômica polarizada pelo município, pressionada pelos processos de urbanização e industrialização de um país dependente, no interior de um Estado que legou uma posição subalterna na divisão territorial do trabalho, em um contexto de imperialismo.

Na trama de Carlos Pereira, dentre outras práticas violentas das quais fizeram uso os grandes proprietários fundiários, exerceu papel fundamental a grilagem de terras, meio pelo qual os agentes que monopolizavam o poder local expandiram suas propriedades a partir da figura do grileiro. Através dessa obra, subentende-se que o surgimento de bairros localizados na periferia da cidade esteve intimamente relacionado a essa prática sócio-espacial, uma contrapartida da valorização do extrativismo madeireiro, mineral e, principalmente, da pecuária extensiva, atividades econômicas praticadas pelos agentes sociais que predominaram naquele contexto, muito porque concebiam o mundo na fronteira a partir de uma mentalidade estritamente mercantil.

4.3.2 Para além das descrições dos romances literários

No modo capitalista de organização da vida em sociedade, marcado pela centralidade que exerce a propriedade privada, a produção de mercadorias para fins da acumulação de capital se expande pelo globo terrestre abarcando lugares distintos, incluindo os espaços considerados remotos. Essa expansão da produção, que articula comunidades e sociedades diversas, particularizando-as, é a expansão de uma forma de se viver, uma expansão social que, em grande medida, também é uma expansão espacial (Carlos, 2018). Analisando esses movimentos de expansão, tendo como foco as consequências do alcance das etnias tribais pelas frentes de

expansão da sociedade nacional, Ribeiro (2017) demonstrou que o Brasil absorveu as populações indígenas suprimindo-as violentamente.

Segundo Ribeiro (2017), esse modo de assimilação bárbaro refuta a tese que concebe as antigas vilas e cidades como localidades que floresceram em um processo linear, como se fossem continuações históricas das aldeias indígenas que as precederam. Tal como se percebe nos primórdios da abertura da fronteira do Sertão do Rio Doce, via guerra contra os povos indígenas, operou-se, na verdade, uma integração violenta, ausente de qualquer assimilação cultural. Na prática, os grupos desterritorializados pelo avanço da civilização capitalista foram forçados ao convívio com um meio hostil, aqui denominado sociabilidade da fronteira.

A expansão da sociedade nacional, para a qual os indígenas (e outros povos) em seus territórios historicamente constituídos configuravam resquícios de um suposto “atraso” a ser “desenvolvido”, foi protagonizada por brasileiros aventureiros que se engajavam em frentes de expansão, nas matas e nos campos incipientemente vinculados à dinâmica capitalista. Esses choques entre modos de vida distintos, estudados por Ribeiro (2017), ocorridos no Brasil interior, emergiram na história como uma face colonial que, mais ou menos escancaradamente, vigorou durante os primeiros 60 anos do século XX.

A sociabilidade da fronteira configura um dos capítulos dessa tônica que, segundo Ribeiro (2017), muito contribuiu para a formação do Brasil. Como advertiu Espindola (2015), a sociabilidade nova, que fez germinar a sociedade de mercado (na região aqui tematizada), regulada pela compra e venda da força de trabalho, voltada à produção de mercadorias sob a égide da propriedade privada: não constituiu um ponto fora da curva do percurso histórico brasileiro. Como também percebeu Machado (1988, p. 9), ao prefaciar a primeira edição de *Nas terras do rio sem dono*, quando afirma que “*o problema que se desenrola no vale do [rio] Doce nada tem de local*”.

Seja em qual for a porção do país, as relações sociais que possibilitaram a incorporação, via frentes de expansão, de diversos territórios pela dinâmica capitalista, são as relações pelas quais a sociedade nacional se singulariza nessas zonas pioneiras. Mesmo que se trate de relações sociais cujas singularidades são produzidas nos respectivos deslocamentos da fronteira no espaço, fato que, recria, a cada momento, um novo limiar entre a fronteira e a sociedade, essas relações são sempre as relações necessárias à existência da sociabilidade da fronteira, que não são dadas pelo fenômeno em si (Martins, 1975). Portanto, essas violações, que marcaram o cotidiano da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce, não devem ofuscar a função estrutural desse fenômeno, que fora bastante útil às modificações pelas quais passava a sociedade brasileira.

Se a busca por terras novas (mais baratas ou devolutas), se a necessidade de maiores áreas para a prática da pecuária ou para atividades extrativistas; se a maior proximidade de matérias-primas e de pontos de escoamento da produção foram fatores que colaboraram para abertura e para a evolução das fronteiras no Brasil, o que confere diferença à grilagem praticada no contexto da sociabilidade ensejada pela fase final da fronteira do Serão do Rio Doce? Para responder essa questão, uma reflexão semântica se fez necessária, embora ela não tenha o condão de validar ou comprovar hipóteses ou deduções.

No modo de expressão cotidiano, o adjetivo, diferente, em hipótese alguma serviria para qualificar determinado fenômeno que a realidade produz de modo igual nos diversos lugares do território brasileiro. Para a linguagem comum, igualdade e diferença são contrários, portanto, inconciliáveis numa mesma sentença. Todavia, o contrário do substantivo, igualdade, é dado pela noção de desigualdade, ao passo que, o oposto do substantivo, diferença, é aquilo que se entende por indiferença. Ou seja, não se trata de uma contradição afirmar que dois ou mais fenômenos possuem estruturas e modos funcionamento iguais, em que pesem as diferenças que os perpassam nessa relação entre iguais. Nesse sentido, a diferença da sociabilidade da fronteira do Sertão do Rio Doce, essa expansão específica da sociedade nacional, que obedeceu às mesmas tendências gerais de evolução das fronteiras pelo país, foi dada pela intensidade e pela frequência da grilagem no período aqui estudado.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a dinâmica da fronteira em questão esteve vinculada aos esforços para o que se convencionou chamar de modernização capitalista brasileira. Tais esforços foram conduzidos a partir de um ideal de progresso, horizonte definidor de um conjunto de iniciativas que reorganizou, em um contexto de imperialismo, um país dependente, essencialmente agrário, inserindo-o, dessa forma, no caminho que o alçou ao patamar de uma sociedade predominantemente urbano-industrial.

As principais atividades econômicas que dinamizaram a fronteira do Sertão do Rio Doce, bem como as funcionalidades distintas e complementares que se podia notar no interior do próprio Vale do Rio Doce, devem ser analisadas na forma de desdobramentos da divisão do trabalho pelo território nacional que adveio desse processo. Esse entendimento muito contribui para se fazer nítida a especificidade do fenômeno que influenciou a (re)produção do espaço urbano em Governador Valadares. Em outras palavras, a sociabilidade cujo teor foi recuperado neste capítulo, não se tratou de uma dimensão social de uma fronteira qualquer.

Prado Júnior (2014) utilizou dados do recenseamento de 1950, do IBGE, para comprovar o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracterizava a generalidade da estrutura agrária do país. Minas Gerais apresentava um grau de concentração

das atividades agropecuárias maior do que a média registrada para a região do Rio Doce e, mais ainda, do que a média verificada para o conjunto do país. Mas o nível de concentração registrado para a região do Rio Doce não é desprezível.

Segundo esses dados, as propriedades menores do que 100 hectares representavam 81% da quantidade total de propriedades rurais da região do Rio Doce, ocupando 35% da área total. As propriedades cujos tamanhos giravam em torno de 100 a 200 hectares representavam 11% da quantidade de propriedades rurais da região, ocupando uma área equivalente a 19% da área total. As propriedades maiores do que 200 hectares, mesmo representando apenas 7% do total de propriedades rurais, detinham para si o equivalente a 46%, ou seja, quase a metade da área total da região. Há de se considerar que a região Rio Doce, unidade de análise usada no referido recenseamento, correspondia a uma região mais abrangente do que a região imediata de Governador Valadares, que mais interessa a este estudo, na qual as atividades extrativistas e agropecuárias extensivas gestaram um conflito entre posseiros expulsos e latifundiários que adquiriu importância nacional.

Em 1965, a Câmara dos Deputados, via projeto nº 103 (Brasil, 1965a) do mesmo ano, aprovou as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 51, com a finalidade de verificar as origens, natureza e profundidade da “*agitação reinante*” nos meios rurais de Governador Valadares. Em 17/08/1965 esse Projeto foi transformado na Lei 164/65, aprovada pela Câmara dos Deputados (Brasil, 1965b). O depoimento do então deputado, Ladislau Salles (Estados Unidos do Brasil, 1965, p. 18), que era médico há mais de 25 anos no município e dizia conhecer profundamente “*a vida social, a atividade econômica e as características singulares daquela região brasileira*”, revela que a violenta disputa pela posse e uso das terras se agravou desde o início da década de 1940, um “*resultado absolutamente inesperado*”, considerando o contexto imediatamente anterior:

A situação em Governador Valadares foi assumindo características cada vez mais agudas até atingir um ponto que poderíamos chamar de crítico, o ponto de ruptura do equilíbrio que se caracterizou por conflitos de gravidade indiscutível que originaram várias mortes e que tornaram aquela região tristemente conhecida em todo o território nacional e ocupando mesmo manchetes de vários jornais de todo o mundo (Brasil, 1965b, p. 18).

Ao atravessar as terras do entorno do município, a rodovia Rio-Bahia elevou a um patamar superior o comércio local e o setor de prestação de serviços. Uma valorização que se deu em virtude das correntes migratórias provenientes das regiões Nordeste e circunvizinhas, deslocamentos que, em sua maioria, encontravam explicação nas secas que degradavam ainda

mais as graves condições de vida nos lugares condenados por uma estrutura fundiária muito desigual. Além de ter sido caminho e destino de correntes migratórias, as vantagens que o município usufruía por também ser cortado pela EFVM, somadas à disponibilidade de terras e de matérias úteis às cadeias produtivas das quais a dinâmica econômica da cidade participava, consolidaram Governador Valadares na posição de polo regional (Soares, 2016).

Com base em Martins (2010, p. 58), que analisou a generalidade das situações de fronteira, pode-se afirmar que o fator que atraiu e gerou lucros para os grandes proprietários de Governador Valadares foi “*a renda diferencial da terra produzida pela maior fertilidade natural das terras novas*”. A oferta de mão de obra barata e a reduzida necessidade de grandes investimentos de capital também contribuíram para a atração dos negociantes, o que impulsionou o avanço sobre as novas terras, avanço conduzido pelo tamanho da usura, tão cara àqueles homens especuladores que se viam como pioneiros e desbravadores.

Martins (2010) considera que, em tais contextos, o deslocamento desses agentes sociais para a fronteira tem como consequência a grilagem de terras, prática que ganhou impulso em Governador Valadares a partir de 1940. Em casos como este, quando essa prática sócio-espacial não fora operada diretamente por aqueles interessados na ampliação de suas terras para finalidades mercantis, o grileiro aparecia como mediador, promovendo a venda ilegal de terras devolutas ou ocupadas por posseiros (Martins, 2010).

Excetuando os grandes proprietários, que detinham o monopólio dos empreendimentos, à maioria da população, cuja força de trabalho vinculava-se à terra, da qual tiravam o seu sustento, restou exercer suas respectivas atividades, não sem submetê-las aos negócios de uma minoria privilegiada. Nessa “*equação*”, que estruturou a dinâmica econômica de Governador Valadares no período em que a fronteira do Sertão do Rio Doce foi polarizada pelo município, o protagonismo de cada uma das atividades de elevadas importâncias comerciais colocou em último plano as próprias culturas de subsistência da população rural, que vendia sua força de trabalho àquelas atividades econômicas predominantes.

A grilagem empurrou os antigos posseiros para o regime de parceria, condição que se tornou, progressivamente, adversa aos trabalhadores rurais, à medida que se valorizaram os principais produtos daquela dinâmica econômica, que reduzia, em sua ampliação, o espaço destinado à produção de subsistência dos lavradores. O resultado foi um processo de deterioração, constante e paulatino, desse tipo de relação de trabalho subordinada aos interesses especulatórios dos grandes proprietários de terras. Segundo Prado Júnior (2014), essas atividades secundárias, fruto da autonomia de pequenos agricultores, tinham no interior desta

relação uma valorização inversa à exploração principal. Quer dizer, ampliavam-se ou reduziam-se na medida inversa da exploração debaixo de cujas asas vivia.

Diante das transformações progressivas do meio que o pressionava, o trabalhador rural que se viu em tal situação “*reage de duas maneiras principais; rejeita em bloco as suas condições de vida e emigra, proletarizando-se; ou procura permanecer na lavoura, ajustando-se como possível*” (Candido, 2010, p. 249). Assim, a condição de meeiro, submetida aos interesses especulatórios daqueles que concentravam a propriedade das terras, tratou-se de um estágio que sucedeu a posse da terra e antecedeu a proletarianização forçada de uma massa de lavradores e camponeses, frente à escassez de terras no campo.

Citando o caso de Governador Valadares como um dos mais graves daquele período, Martins (1981) argumenta que a pressão sobre as terras do entorno do município aumentava à medida que crescia a possibilidade de prosperar o negócio para o qual as terras novas e férteis da fronteira configuravam um fator de impulsionamento dos lucros. Com a viabilização do acesso e a modernização da região, repetiu-se o drama de migrantes pobres que haviam se tornado posseiros nas imediações do município: do sertão nordestino foram expulsos pela seca, das terras do Vale do Rio Doce, por latifundiários (Martins, 1981).

Em Governador Valadares, local no qual esse problema adquiriu uma “*intensidade arrebatadora*” (Pereira, 1988, p. 84), esses violentos despejos chegaram ao auge em 1955, quando os grandes empresários rurais adotaram o expediente de transformar posseiros em parceiros, muitas vezes “*com a obrigação de plantarem gratuitamente a pastagem*” (Martins, 1981, p. 60). Em Medeiros (2019, p. 172), essa dominação, tal como se refere a autora, aparece nos termos de um “*autoritarismo social*” sustentado por uma “*elite rural, acostumada a exercer o poder*”.

Na situação de fronteira, principalmente, no período que circunscreve a sua mais alta conflitualidade, as populações se veem diante não só de uma ordem estranha que as absorve de modo autoritário, mas frente a estranhos, tais como “*o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, [...] o jagunço, o policial, o militar*” (Martins, 1993, p. 14); todos aqueles que invadem seus territórios tribais e camponeses, protagonizando a destruição de linhagens familiares, das concepções culturais, saberes e valores alheios. O grande proprietário, por vezes, “*dilatava seus domínios territoriais, à custa de propriedades usurpadas, aos adversários ou aos próprios amigos, pela pressão de cabras, que o coronel mobilizava*” (Lima Sobrinho, 1997, p. 16).

Àqueles que, de alguma forma, vieram a ser entraves à absorção do espaço pela lógica da sociedade capitalista, o aniquilamento os foi apresentado como consequência pela “*besta-*

fera” – leia-se, a nova ordem social –, “*seja pela integração e assimilação [...] seja até aniquilação física*” (Martins, 1993, p. 14). Nas imediações de Governador Valadares, os grileiros expulsavam, principalmente, aqueles camponeses que usufruíam das terras enquanto posseiros, abrindo mais espaço para as atividades econômicas predominantes. Nas palavras de Geraldo, um carroceiro cujo relato faz parte do estudo de Siman (1988, p. 103), o dilema então vivenciado pelos praticantes da agricultura de subsistência se evidencia:

Tinha cobra criada. Ali era mata. Tinha capivara, catitu. Aí vieram os latifúndios, a Belgo-Mineira dizendo que as terras eram dela, foram pegando estes terrenos aí, legitimando esses terrenos, foram tomando tudo... O sujeito largava tudo lá. Largava, pois ele não queria morrer. Ia morrer? ... Saía... Depois foram as madeiras que entraram, foram para mata adentro, fizeram carvão e acabou tudo.

Como sugere Camisasca (2009), parte considerável desse contingente populacional teve como destino a migração forçada para a cidade de governador Valadares, fato que fez crescer consideravelmente a demanda por moradias na cidade, tal como também observou Pereira (1988). A esse respeito, segundo Strauch (1955, p. 121), de 1940 até 1950, a população urbana de Governador Valadares cresceu de 6.443 para 22.084 pessoas, acentuando “*a influência do elemento nordestino*” na cidade que, apesar do crescimento populacional urbano vertiginoso, permanecera inferior à população rural do município, que passou de 26.330 em 1940 para 38.874 pessoas em 1950.

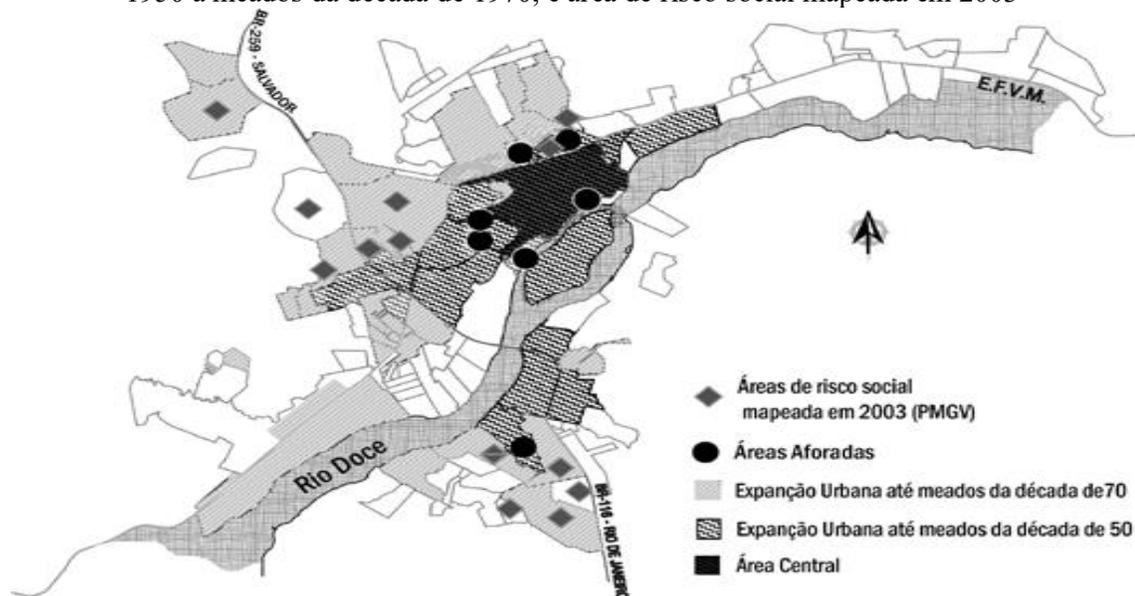
Há uma mudança substantiva a partir de 1950, quando o patamar do crescimento populacional urbano se mantém na casa dos 219%, atingindo em 1960 “*a espetacular cifra de 70.494*” habitantes (Espindola, 1998, p. 31), em face da diminuição das “*taxas de crescimento da população rural*” (Guimarães, 2007, p. 197). A população urbana brasileira, em 1960, correspondia a 45,52% da população total (Santos, 1993), ao passo que, no mesmo ano, a população urbana de governador Valadares atingiu a marca de 62,49%, de acordo com os dados apresentados por Costa (1977), com base nas estatísticas da Revista do SESI. Em 1970, como resultado do “*crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores*” (Santos, 1993, p. 27), quando a população urbana do país, finalmente, supera em quantidade a população rural, o índice de urbanização de Governador Valadares chega a 79,26%, mantendo-se mais elevado do que o índice nacional, de 56,80% para o referido ano.

As estatísticas disponibilizadas por Costa (1977, p. 123) mostram uma redução de 28,54% da população rural nos dez anos compreendidos entre 1960 e 1970, “*podendo-se apontar a expansão da pecuária como uma das principais causas deste fato*”. Os impactos dessas modificações intensas pelas quais passou Governador Valadares também foram

evidenciados pelo aumento da população habitante de áreas de risco. Pesquisa realizada pela Revista SESI em 1970, ou seja, fora do período de referência adotado nesta dissertação, aponta que a cidade possuía “*cerca de 18.000 favelados, mas esse número, segundo dados imprecisos dos órgãos pesquisadores, aumentou em mais de 50% nos últimos anos*” (Costa, 1977, p. 123).

Perante o aumento de ocupações em áreas livres no centro, além do crescimento do número de moradores de rua, o poder público local promoveu políticas de aforamento de lotes de terras, que determinaram o caráter da expansão física da cidade após 1950, que se deu em áreas inundáveis ou acidentadas, caracterizadas pelo risco socioambiental com o qual conviviam moradores majoritariamente pobres, sem a totalidade dos serviços básicos necessários para uma condição de habitabilidade mínima (Guimarães, 2007). A esse respeito, a Figura 2 apresenta um dimensionamento visual, para além dos dados apresentados até aqui, e para período posterior ao intervalo de referência adotado neste estudo.

Figura 2 – Expansão da ocupação do solo em Governador Valadares, meados da década de 1950 a meados da década de 1970, e área de risco social mapeada em 2003



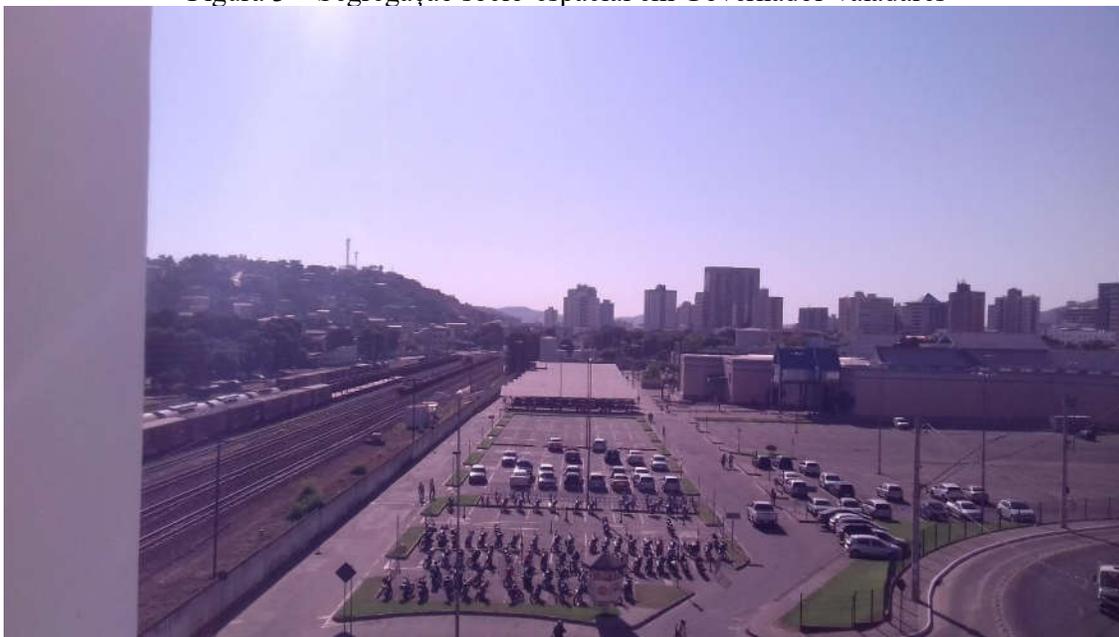
Fonte: Guimarães (2007, p. 198).

Conclui-se que essa expansão é um dos desdobramentos do fechamento da fronteira, que impactou a configuração espacial de Governador Valadares, em sua formação, quando a cidade absorveu, a seu modo, a pressão demográfica exercida por aqueles que não tiveram outra opção senão a migração forçada pela superconcentração das terras antes disponíveis. A produção do espaço urbano, nas décadas de 1950 e 1960, também inclui o surgimento das

primeiras favelas na cidade, em face da dificuldade evidenciada por Andrade (2006), de o poder público propiciar infraestrutura básica para a ampla urbanização de Governador Valadares.

O espaço produzido “*pela intervenção dos poderes públicos que dificultaram a ocupação de regiões próximas ao centro [...], segregando as populações de certos bairros e beneficiando a especulação imobiliária*” (Santos, W., 2014, p. 32), condicionou “*barreiras sociais, que reatualizam antigas discriminações e inventam novas opressões*” (Fontes, 2010, p. 51-52). O trecho da linha férrea, que isola a região central de alguns bairros que surgiram na expansão urbana ocorrida a partir de meados da década de 1950 (Guimarães, 2007), constitui um exemplo ainda constatável na primeira metade da segunda década do século XXI. Conforme Santos (1993, p. 10), uma cidade não é apenas vítima do modelo socioeconômico vigente, ou dos percalços de uma posição rebaixada na divisão territorial do trabalho; a própria cidade também se torna criadora de pobreza pela estrutura física do seu modelo espacial, “*que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres*”. As consequências desse processo podem ser constatadas visualmente, analisando-se a estrutura física da cidade, tal como se percebe na fotografia (Figura 3) a seguir:

Figura 3 – Segregação sócio-espacial em Governador Valadares



Fonte: Acervo do autor (2016).

Uma outra consequência das diversas formas assumidas pela prática sócio-espacial de apropriação indébita e violenta das terras, foi o conflito cujo desfecho teve como palco as ruas de Governador Valadares e opôs duas maneiras antagônicas de usar a terra. Os posseiros e

lavradores tinham como preocupação primeira a produção de alimentos, ao passo que os grandes proprietários ocupavam, cada vez mais, grandes extensões de terra com suas atividades econômicas extensivas. A redução da disponibilidade de terras exploráveis aumentava a pressão sobre as terras de “*famílias de posseiros que moravam ali por cerca de quinze anos*” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 214). A prática da grilagem de terras teve o aval das autoridades locais e, “*à medida que os antigos posseiros eram expulsos, aumentavam as áreas de periferia urbana*” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 214).

O cotidiano em Governador Valadares, marcado pelo “*descontentamento de um grande número de camponeses que haviam sido expulsos das terras que ocupavam*” (Camisasca, 2009, p. 154), que tiveram as regiões periféricas à cidade como destino, foi o combustível da tensão que marcou a fase final da sociabilidade da fronteira. Como demonstrou Morais (2013, p. 145), “*os confrontos abertos entre o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura e a Associação Rural de Governador Valadares foram gestados na expropriação e expulsão dos posseiros que fizeram a primeira entrada nas matas do Médio Rio Doce*”. À época, Governador Valadares estava dividida entre

[...] fazendeiros e familiares, Igreja e poder público local de um lado; de outro, os quase dois mil membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constituído não só por meeiros, parceiros e assalariados do campo, mas por moradores de favelas [...] egressos das áreas rurais (Espindola, 2014, p. 31).

Mesmo que as origens desse conflito remetam a uma “questão agrária”, a consequência mais imediata da privatização das terras apossadas, via grilagem, em função do extrativismo vegetal e mineral, para posterior destinação à pecuária, colaborou para o deslocamento forçado de populações rurais para a cidade na qual a última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce esteve ancorada. A partir da década de 1950, quando as consequências do início do fechamento da fronteira já se faziam sentir, tinha-se um contexto no qual os desdobramentos daquela sociabilidade foram absorvidos enquanto conteúdos, na forma de práticas sócio-espaciais, pela urbanização brasileira em Governador Valadares (Camisasca, 2009).

Aqueles “descamponizados” de outrora, que passaram à vida urbana, foram submetidos a um outro universo de cultura, agora vinculado às necessidades que aquele novo contexto impusera: conseguir moradia e, trabalho, não para lavrarem a terra, mas para obterem renda e poder comprar o alimento que antes eles mesmos produziam. Portanto, não se tratou apenas de uma dificuldade de se colocarem, com evidente atraso, em um mercado de trabalho estreitado pelo iminente esgotamento das matérias fornecidas pela exploração da natureza, que

dinamizava a economia do município. A urbanização forçada dos antigos camponeses, em meio a um mercado imobiliário em desenvolvimento, subjugado aos interesses de uma elite econômica de origem latifundiária, detentora do monopólio das terras, apresenta-se como a consequência direta das modificações aqui descritas, que alteraram profundamente a formação de Governador Valadares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferenciação que este trabalho sugeriu, com o intuito de contribuir com o debate voltado à compreensão do fenômeno urbano em Governador Valadares, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, pressupôs que a cidade pode ser pensada enquanto uma formação sócio-espacial. Essa opção metodológica permitiu a este estudo entender a cidade na forma de resultado das ações – inclusive as pretéritas – dos diversos agentes sociais circunscritos em sua dimensão espacial, mas também como elo dos processos que perpassavam as escalas geográficas pelas quais a realidade historicamente determinada se manifestou na dimensão local.

Como forma de explicar as consequências da subida e crescente demanda por moradias e demais condições básicas de habitação, pressão demográfica, em parte, motivada pelo êxodo rural forçado pelas práticas de grilagem de terras para fins mercantis, este estudo tratou esse desdobramento nos termos de uma diferenciação, que se consolidou na formação sócio-espacial de Governador Valadares em meio à sociabilidade da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce.

Naquele contexto, a grilagem de terras, que muito condicionou o modo como foi produzido o espaço urbano de Governador Valadares, configura a contrapartida do próprio ideal de progresso manifesto no caráter do desenvolvimento que alçou o município ao patamar de polo regional. Como demonstrado, tratou-se de uma dinâmica econômica articulada à divisão territorial do trabalho como elo dependente de outros ramos industriais, em um país que reproduziu sua condição subdesenvolvida ao tentar superá-la, cuja modernização capitalista, hipertardia, assentou-se, em vários fatores, dentre os quais se destaca a exploração econômica de matas, solos e matérias presentes em seu território.

Como estratégia metodológica para o desenvolvimento deste estudo, a formação sócio-espacial de Governador Valadares, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, foi compreendida à luz da noção de sociabilidade de fronteira. Aquele contexto bárbaro foi analisado a partir da reconstituição de sua própria evolução que, neste trabalho, baseou-se nos romances, *Fome em Canaã* (Vasconcelos, 1966) e *Nas terras do rio sem dono* (Pereira, 1988), cujos clímax se desenrolam em momentos distintos, ambos no âmbito daquele contexto histórico.

Para a consecução do objetivo a que se propôs esta pesquisa foram identificadas as práticas sócio-espaciais dos agentes que predominaram naquela sociabilidade, práticas que foram discutidas em suas respectivas importâncias para a produção do espaço urbano da cidade.

Constatou-se a grilagem de terras como principal agravante daquela situação trágica, em torno da qual diversos acontecimentos que deram má fama ao cotidiano de Governador Valadares se desdobraram.

Neste estudo, foi possível evidenciar uma continuidade da extinta fronteira do Sertão do Rio Doce, seja no deslocamento dos conflitos que definiram aquela sociabilidade para o âmbito da cidade, seja no surgimento de bairros criados sob a perspectiva de um planejamento urbano segregador, forma pela qual o poder público local lidou com os desdobramentos da grilagem de terras no meio rural. Mesmo fechada para os posseiros, e consoante à dilapidação do bioma Mata Atlântica e dos ecossistemas que deram sentido à evolução da fronteira na região imediata do município, a história desse fenômeno ganhou um novo capítulo, não mais no âmbito agrário, mas no interior da formação sócio-espacial da cidade.

A formação do cinturão habitacional que abrigou as famílias pobres empurradas das zonas rurais da região imediata de Governador Valadares às margens do traçado original da cidade, ocorreu através de ocupações e precárias políticas de aforamento. Inseridos de tal forma no processo de urbanização da cidade, o contingente populacional que teve suas terras incorporadas, via grilagem, pela expansão da grande propriedade mercantil, redefiniu a existência da fronteira, inserindo-a na dimensão de um espaço urbano produzido para manter os que tiveram seus destinos ceifados na terra que não era mais o lugar da promessa, geograficamente segregados dos pioneiros urbanos.

Nessa perspectiva, pelo menos três caminhos de investigação podem partir deste estudo. Um deles, para que se possa compreender a influência da diferenciação sugerida neste trabalho na vida das pessoas que habitam os bairros que surgiram na cidade à medida que se intensificou a prática da grilagem. Em outras palavras, quanto aos problemas urbanos que se desdobraram desse processo, é viável ater-nos a discuti-los sob um viés supostamente “técnico”, divorciando-os de seus contextos sócio-espaciais? Indo além dessas implicações espaciais, uma outra linha de investigação se faz possível: se a sociabilidade da fronteira configura um fardo a ser carregado, como pressupõe Martins (1997), quais as heranças dessa sociabilidade para o cotidiano da cidade nos primeiros decênios do século XXI? Ou, ainda, pensar se as migrações internacionais, tão presentes em Governador Valadares, representariam uma sociabilidade específica, fazendo das fronteiras internacionais a continuidade do processo cujas origens este trabalho descreveu sucintamente.

Uma limitação deste estudo consiste na insuficiência de dados que sustentem uma maior intensidade da prática da grilagem de terras na sociabilidade da última fase da fronteira do Sertão do Rio Doce. Limitação que se agrava pela ausência de comparações com outros casos

de cidades cujas formações se assemelham à de Governador Valadares. Sendo assim, cabe esclarecer: o objetivo de apontar uma diferenciação a partir do passado dessa formação sócio-espacial configura um caminho de investigação aberto, reconhecendo, em contrapartida, que uma sugestão interpretativa para a consecução deste objetivo foi empreendida neste estudo.

Como um desfecho, ou encerramento tardio de um ciclo, este estudo, repito, foi motivado pela paisagem que contém o monumento que despertou o meu interesse para a produção de narrativas históricas em um lugar onde grupos e pessoas concorrentes possuem acesso desigual às posições de poder. O fato de a imagem vinculada a Áurea Franco Machado se fazer presente no espaço urbano da cidade, em face da ausência de algum registro capaz de manter igualmente viva a memória dos posseiros, cujas posses foram vitimadas pela grilagem de terras, é uma constatação desse acesso desigual. Nesse sentido, esta dissertação também é uma retribuição para a cidade na qual eu vivenciei momentos importantes de minha vida, experiências que muito colaboraram para a realização desta reflexão sobre o passado do município.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 19-39.
- ALMANDRADE. **Escritos sobre arte**. Salvador: Cispoesia, 2008. Disponível em: <https://www.dopropriobolso.com.br/index.php/cultura-geral-80603/47-textos-escolhidos/970-cidade-a-embalagem-da-memoria>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- ALVES, Gilberto Luis. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. *In*: ALVES, Gilberto Luis. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: UNIDERP, 2003. p. 17-29.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.163307>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- ANDRADE, Elisabete de. **A sustentabilidade apoiada pelas políticas urbanas federais e estaduais: o caso de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas e Uberlândia-MG**. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-26052010-104844/en.php>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. São Paulo: Vozes, 1982.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2016v31n62p271>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BESSA, Kelly. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4215/RM2010.0920.0003>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BOVO, Marcos Clair; TOWS, Ricardo Luiz; CARVALHO, Cíntia Silvia. Formação sócio-espacial e colonização do município de Tuneiras do Oeste (PR) Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 35, p. 4-24, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2788/2407>. Acesso em: 29 maio 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 ago. 2024.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Brasília, ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de resolução nº 103, de 1965**. Suspende a execução do Artigo 32 da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 1, de 18 de setembro de 1947). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1965a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1960-1969/resolucao-103-3-novembro-1965-475664-norma-pl.html>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 164, de 1965**. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar, "in loco", as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1965b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-164-26-outubro-1965-320009-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)**. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-82TGDD>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Todavia, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia**. 1986. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16082021-195807/publico/1986_AnaFaniAlessandriCarlos.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 53-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação sócio-espacial. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007a. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2007v4n6.12794>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, André Simplício; MATOS, Ralfo. O ciclo madeireiro e a devastação da Mata Atlântica da bacia do Rio Doce na primeira metade do século XX. **Revista Geografias**, Belo

Horizonte, n. esp., p. 175-202, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13473>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CASARIL, Carlos Casseiro. Formação sócio-espacial sudoeste paraense. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/shfT6dS7n7XqzvWyNbzRPyj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Rio Doce: a espantosa evolução de um vale**. São Paulo: Autêntica, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Notas sobre diferenciação espacial. **GEOUSP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 41-52.

COSTA, Edmar Campelo. **Epopéia de pioneiros: a história de Governador Valadares**. Belo Horizonte: Linotipia Estrela, 1977. v. 1.

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a geografia. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 67-83, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2003.v5i9.a13444>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CUNHA, Oswaldo Soares da. Ibituruna. **O secular soneto**, [s. l.], [2009]. Disponível em: <https://osecularsoneto.blogspot.com/p/soares-da-c.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 1003-1019, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929/2023>. Acesso em: 29 maio 2023.

ESCRITÓRIO da Companhia Vale do Rio Doce: Itabira (MG). 1972. 1 foto, p&b. (Acervo dos Municípios Brasileiros). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449868#:~:text=Antes%20de%20sua%20funda%C3%A7%C3%A3o%20a,ano%20para%20os%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ESPINDOLA, Haruf Salmen *et al.* Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300218568_ARQUIVO_NadasePerdeTudooseConsome.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

ESPINDOLA, Haruf Salmen *et al.* O sindicato dos trabalhadores rurais de Governador Valadares: retomada da luta pela terra no vale do rio doce. *In: VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco (org.). Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce.* Governador Valadares: UNIVALE, 2020. p. 94-128.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. **Revista Varia história**, Belo Horizonte, n. 19, p. 148-163, nov. 1998. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5724a7fa22482e5c002898aa/1462020093175/7_Espindola%2C+Haruf+Salmen.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. O “cheiro” de pólvora e chumbo em Governador Valadares. **Revista A3: Revista de Jornalismo Científico e Cultural**, Juiz de Fora, n. 6, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/revistaa3/files/2014/05/web_29-31.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 160-206, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i1.p160-206>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de resolução nº 103, de 1965. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 51, de 1965. **Diário do Congresso Nacional**: seção 1, Brasília, DF, supl. n. 110, p. 1-98, 17 ago. 1965.

FARIA, Camila Salles de. Cadeia dominial: uma leitura da grilagem e da constituição da propriedade privada capitalista das terras. *In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de et al. A grilagem de terras na formação territorial brasileira.* São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 55-82.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 6. ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2009.

FERREIRA, Sandra Cristina. A formação sócio-espacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG123716185>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Da “cidade do agronegócio” à “cidade como negócio”: (re)inserindo o urbano no debate. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 98, p. 23-37, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1021/1294>. Acesso em: 29 maio 2024.

FONSECA, Cássio. **A economia da borracha**: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

FONSECA, Nuno. Fisiologias do flâneur: panorâmicas sobre a experiência estética da cidade. *In: CONCEIÇÃO, Nélío; FONSECA, Nuno (org.). Planos de pormenor*: leituras críticas sobre a experiência da cidade. Vila Nova de Famalicão: IFILNOVA/Húmus, 2023. p. 103-128.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOVERNADOR VALADARES. **Projeto de lei nº 059 de 2017.** Dispõe sobre denominação de logradouro público. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2017.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. Entre o progresso e a incompletude da modernidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, p. 186-209, dez. 2007. Disponível em: <https://smtpgw.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/817/782>. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Paris: Éditions Anthropos, 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Campinas: UNICAMP, 2011.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio à segunda edição. *In*: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 29-34.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOBATO, Monteiro. **A onda verde.** São Paulo: Globo, 2009.

MACHADO, Áurea Franco. Mania de grandeza. *In*: COSTA, Edmar Campelo. **Epopéia de pioneiros: a história de Governador Valadares.** Belo Horizonte: Linotípi Estrela, 1977. v. 1. p. 172-173.

MACHADO, Edgar da Mata. Prefácio. *In*: PEREIRA, Carlos Pereira da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988. p. 7-8.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação sócio-espacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MAIA, Rousiley C. M. Sociabilidade: apenas um conceito. **GERAES: Revista de Comunicação Social**, Belo Horizonte, n. 53, p. 4-15, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rousiley-Maia/publication/317051024_Sociabilidade_apenas_um_conceito/links/5923241caca27295a8a7e774/Sociabilidade- apenas-um-conceito.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. *In*: SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MARINHO JÚNIOR, Lenício Dutra. **A fronteira do carvão: impactos socioambientais da siderurgia no Vale do Rio Doce, século XX**. 2022. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242611>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 3889-3901. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAURER, Michele Silva; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Ação coletiva e juventude: territorialidades dos coletivos juvenis da cidade de Governador Valadares-MG. **Geografares**, Vitória, n. 33, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/3202>. Acesso em: 3 ago. 2024.

MEDEIROS, Nagel. Fazenda do ministério: o significado de um território. *In*: VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco (org.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce**. Governador Valadares: UNIVALE, 2020. p. 157-176.

MEIRELES, Sebastião Ricardo Machado. **Geografia histórica dos Sertões do Leste mineiro**: a gênese do povoamento nos arredores do Rio Doce nos séculos XVIII e XIX. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em:

bib.pucminas.br/teses/Geografia_SebastiaoRicardoMachadoMeireles_5250.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). **Decreto-Lei nº 148, de 17/12/1938**. Fixa a divisão territorial do estado, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1938. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/148/1938/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

MIRANDA, Salm de. **Rio Doce**: impressões de uma época. Rio de Janeiro: BibliEX, 1949.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-181.

MONTOITO, Rafael; RIOS, Diogo Franco. Manchas de tinta no papel: a literatura como fonte histórica. **ZETETIKÉ**: Revista de Educação Matemática, Campinas, v. 27, p. 1-18, 2019. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/29222/1/Montoito2019Manchas.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MORAIS, Michelle Nunes de. Do sertão ao moderno médio Rio Doce. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 293-309, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v18i1.1062>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MORAIS, Michelle Nunes de. Índícios dos conflitos agrários em Governador Valadares/MG no romance Nas terras do rio sem dono. **Revista Baleia na Rede**, Marília, v. 1, n. 10, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1808-8473.2013.v1n10.3362>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MOURÃO, José Bonifácio. Prefácio. In: RAYDAN, Juvenal Guerra. **O legendário capitão Pedro**. Belo Horizonte: O Lutador, 2002. p. 7-9.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; BASTOS, Ana Paula Vidal. O papel da fronteira no processo de construção sócio-espacial da Amazônia. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 3-26, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3363>. Acesso em: 29 maio 2024.

OLIVEIRA, Eustáquio Ramos de. **A emboscada**. Governador Valadares: Editora do Autor, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. A borracha da Amazônia, os acordos de Washington e a política externa brasileira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Associação Nacional de História, 2003. p. 1-6. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_c75a6fd0d95b2f77da613d7bcbbfeeb8.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia**: uma região de mata atlântica. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1997.

PEREIRA, Carlos Pereira da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PEREIRA, Denise Gonzalez. **Rolim de moura**: uma cidade do agronegócio na fronteira agrícola amazônica. 2017. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/8dfb9471-0a6c-45ca-9610-ad9356af0c58/content>. Acesso em: 29 maio 2024.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13604/12471/41918#:~:text=O%20litoral%20do%20Estado%20de,21'48%E2%80%9DS>. Acesso em: 29 maio 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 115-127, dez. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6158>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PESSOA, Fernando. **Cancioneiro**. Rio de Janeiro: Bibliomundi, 2023.

PIMENTA FILHO, Ruy. **No sopé da Ibituruna**: conversa ao pé do fogo. Belo Horizonte: Vega, 1979.

PINHEIRO, Themis Xavier de Albuquerque. **Saúde pública, história e política**: um estudo sobre o SESP (1942-1974). Natal: EDUFRN, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista**: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 743 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-27032017-104718>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. *In*: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 131-178.

RAYDAN, Juvenal Guerra. **O legendário capitão Pedro**. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017.

SANFELICI, Daniel. As escalas de acumulação na produção das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Aparecida (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 121-143.

SANTOS, César Simoni. Do lugar do negócio à cidade como negócio. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Aparecida (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 13-42.

SANTOS, Eduardo Gomes dos. **Mineralogia e zoneografia do campo pegmatítico da Golconda**: Município de Governador Valadares - Minas Gerais. 1985. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <https://dokumen.pub/mineralogia-e-zoneografia-do-campo-pergmatitico-da-golconda-municipio-de-governador-valadares.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014a.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012a.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012b.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977. Disponível em: publicações.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092/949. Acesso em: 3 ago. 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v. 1, n. 30, p. 5-18, out. 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/886>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SANTOS, Wallace Ferreira dos. **A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16503/1/InvencaoCidadeGovernador.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SCIFONI, Simone. Cultura e problemática urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 129-142.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145/1123>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Marcos Aurélio da. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu: Universidade de Montevideo, 2009. p. 1-7. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/11.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Marília Raiane Rodrigues. Notas sobre o processo de urbanização brasileiro: um olhar para as “cidades do agronegócio”. **GeoTextos**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 87-100, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/51555/28008>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21: a história de um livro. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 11, p. 151-163, 2011. Disponível em: https://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDALasta/Acta_Geografica_CidadesAmazonicas_EdicaoEspecial_2011/MariaLauraSilveira_HistoriaLivro_Acta_Geografica_2011.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

SIMAN, Lana Maria de Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino da história de cidades**. 1988. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-87HHJV>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SIMAN, Lana Maria de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 241-270, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000100014>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SOARES, Weber. Governador Valadares e Sertões do Leste: recortes temporais resultantes da tensão entre processos de ordem vasta e de ordem local. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, n. esp., p. 138-150, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13471>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 21-46, 1988. <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/68>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018. p. 123-146.

STRAUCH, Ney. **A bacia do Rio Doce**: estudo geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

STRAUCH, Ney. **Zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro: CNG, 1958.

TOGEIRO, Angela. **Contato urbano**. Belo Horizonte: Cultura, 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VASCONCELOS, Agripa. **Fome em Canaã**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Considerações a respeito do paradigma de formação sócioespacial. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais** [...]. Montevideu: Universidade de Montevideo, 2009. p. 1-6. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall2/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelaidegeografia/06.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. **Da lata d'água ao SESP: tensões e constrangimentos de um processo civilizador no sertão do Rio Doce (1942-1960)**. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://historia.fafich.ufmg.br/defesas/213D.PDF>. Acesso em: 29 maio 2024.

WAIBEL, Leo Henrich. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n4.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.